

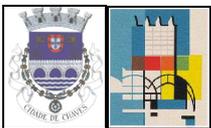
ATA N.º 2/2012

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e doze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;**
- 2. CPCJ – RELATORIO ATIVIDADES. Para conhecimento;**
- 3. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011. INFORMAÇÃO N.º 07/DGF/2012;**
- 4. PLANO DE LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO NOS TERMOS DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO. PROPOSTA N.º 50/GAPV/2012;**
- 5. LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. INFORMAÇÃO N.º 5/DGF/CS/2012;**
- 6. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CHAVES. PROPOSTA N.º 43/GAPV/12;**
- 7. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS ADMINISTRATIVAS DEVIDAS PELA APRECIÇÃO DE PEDIDOS DE LICENCIAMENTO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS DE NATUREZA COMERCIAL, BEM COMO PELA EMISSÃO DO RESPECTIVO DE ALVARÁ DE LICENÇA; - ARTIGO 25º, DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 38/GAPV/2012;**
- 8. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO DO PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES. PROPOSTA N.º 39/GAPV/2012;**
- 9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES. PROPOSTA N.º 37/GAPV/2012;**
- 10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA. PROPOSTA N.º 40/GAPV/2012;**

A reunião teve início com a chamada dos deputados municipais tendo-se verificado as seguintes faltas.

Joana Maria Simões Batista
Maria Aline Silva Ferreira Caetano
Júlio Eliseu dos Anjos Alves
Fernando Alves de Carvalho
Susana Isabel Santos Ramos



Rui Jorge Lousada Alves
Carolino Augusto Aguiéiras Pinheiro
Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:
Ana Maria Guedes Chaves Fernandes
Francisco António Taveira Ferreira
José António Trindade Mendes
Ana Margarida Vaz Alves Chaves

A ata número um, referente à sessão anterior, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

Houve os seguintes reparos: Na página sete o Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha pediu que no parágrafo quatro, da sua intervenção, fosse retirada a palavra “não” ficando.....«os Senhores Presidentes de Junta Presentes votaram a favor.....»; a senhora deputada Brigitte Raquel Bazenga T. Gonçalves pediu que fosse retificado o nome do Senhor deputado Rogério Moura nas páginas 15 e 29. O nome foi corrigido ficando «Rogério Alberto Amorim Reis Moura».

O Senhor Presidente da Câmara fez a seguinte correção na página 38, no Ponto 6 – *Venda em Hasta Pública de Património Municipal. Definição das Normas disciplinadoras*: “quando a Senhora deputada Paula Barros disse que esta Proposta tinha vindo à Assembleia Municipal de Dezembro, isso não é correto, porque este imóvel é a primeira vez que vem a este Órgão. Junto ao Centro Escolar houve efetivamente um espaço de terreno, cuja proposta de alienação foi presente na Assembleia Municipal de Dezembro, e até já foi vendido. O que veio à Assembleia Municipal de Fevereiro ainda não foi vendido. O que estou a informar é que não se trata do mesmo terreno e a Senhora deputada, na sua intervenção dá a entender que o é”.

O senhor deputado Anselmo Martins pediu que no segundo parágrafo da página 7 fosse feita a seguinte correção, ficando: «Também sabemos quem, a determinado momento disse que todas as autoestradas deveriam ser pagas e reconheço justiça a esta Assembleia Municipal porque fomos sempre unânimes em que a A24 deveria permanecer com discriminação positiva e não ser paga»

Posta à votação foi aprovada por unanimidade

Depois de respeitado um minuto de silêncio pelo falecimento de um cidadão que foi membro desta assembleia **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada de duas Moções, ambas subscritas pela CDU. A Assembleia Municipal aceitou a entrada e discussão das duas Moções que foram lidas pelo Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha.

MOÇÃO Nº.1

- A Assembleia Municipal de Chaves vem através desta Moção manifestar toda a sua Solidariedade para com os trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

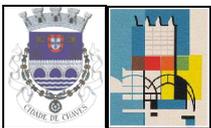
A Assembleia Municipal de Chaves, está solidária com a justa reivindicação do pagamento dos salários em atraso e denuncia quaisquer tentativas de coação dos profissionais da santa casa da Misericórdia.

A Assembleia Municipal de Chaves considera útil, dadas as funções sociais da Instituição, uma total transparência da situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e de como se chegou a esta situação.

Podem os trabalhadores da santa Casa contar com a solidariedade da Assembleia Municipal de Chaves na defesa dos seus legítimos interesses e das funções sociais da Instituição. Chaves, 26 de Abril de 2012. Os deputados eleitos pela CDU”.

MOÇÃO Nº. 2

- Sobre a Constituição de Mega Agrupamentos de Escolas.



O Ministério da Educação e Ciência deu início a procedimentos que visam a imposição da generalização a todo o País da criação de mega agrupamentos de escolas, por meio do que designa “agregações” e que têm por objetivo a articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos, do pré-escolar ao 12º. Ano, em mega unidades administrativas, que indiciam o teto referencial de 3050 alunos, ao arripio do que são as práticas nos países com sistemas educativos mais eficientes e de melhor qualidade e cuja entrada em funcionamento é pretendida já para o ano letivo de 2012/2013.

Nas reuniões em curso, promovidas pelas direções regionais com os diretores de escolas e com as autarquias, é apresentado o argumento da sequencialidade pedagógica, a par da pseudo racionalização e eficiência da gestão de recursos, que um pouco por todo o lado tem vindo a justificar a extinção e a perda de qualidade de serviços públicos, o desemprego crescente e a progressiva destruição das prestações sociais. Nessas reuniões, é patente que, tal como na lei que extingue freguesias, também aqui, a possibilidade da palavra que é concedida às comunidades educativas locais, fica confinada ao contributo de executar uma política previamente definida e imposta.

Nem é nova a questão, nem são as autarquias locais subservientes do Governo. Definem a Constituição e as leis a sua autonomia, as suas competências e o modo de exercê-las, sendo evidente que a agregação vertical de estabelecimentos de ensino exige que sejam equacionadas essas competências e respetivos recursos e custos. O limitadíssimo tempo concedido à ANMP para se pronunciar sobre a matéria, tendo para isso ela própria que consultar os municípios, denuncia desde logo a irrelevância para o Governo desta obrigação legal.

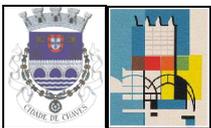
São as Cartas Educativas instrumentos de planeamento e de ordenamento dos equipamentos educativos, devendo responder à otimização de recursos e às perspetivas de desenvolvimento, articulando necessidades presentes e identificando as futuras em função de evolução das populações escolares. Qualquer processo sério de reordenamento da rede educativa deve enquadrar-se num quadro de revisão das cartas educativas, cuja responsabilidade é atribuída em lei aos municípios, sendo necessário clarificar as responsabilidades do MEC no que respeita a princípios orientadores e financiamento, assim como a articulação deste processo entre MEC, escolas e Municípios.

A experiência já em curso de funcionamento de agrupamentos verticais de escolas, do pré-escolar ao 9º ano, não evidencia a sua adequação à escolaridade de doze anos, do mesmo modo que não é lícito daí inferir uma relação causal com o sucesso escolar real, devido, isso sim, a práticas pedagógicas diferenciadas, colocação ou reforço de técnicos especializados e promoção de programas de combate ao abandono.

Igualmente, o princípio da sequencialidade e a invocada “coerência do projeto educativo e da qualidade pedagógica” não tem qualquer sustentação, sobretudo considerando a compatibilização entre as opções individuais de cada aluno e a oferta das escolas do ensino secundário.

Não existe qualquer coerência de projeto pedagógico quando escolas são coercivamente agregadas, sem qualquer garantia de identidade pedagógica e cultural, com elevadíssimo número de alunos dispersos por diversos estabelecimentos de ensino, dificuldades acrescidas de gestão pedagógica e disciplinar, despersonalização das relações, num quadro de insuficiência já crónica de pessoal docente e não docente que se agravará, com consequências óbvias na qualidade de serviço prestada.

Não se vislumbram portanto outros “princípios orientadores” de reordenamento da rede escolar que não sejam a redução da despesa, sem qualquer preocupação pela qualidade ou respeito pelas componentes educativas/pedagógicas que são a



razão de ser das escolas. Assim, a concentração de mega agrupamentos, ao arrepio dos ensinamentos da experiência e das práticas em sistemas educativos mais avançados do que o nosso, é uma aberração pedagógica, quer pelas disfuncionalidades imediatas que introduzem no sistema, quer pelo progressivo afastamento das comunidades educativas dos processos participativos e construtivos da relação ensino-aprendizagem, quer ainda pela correlacionada diminuição drástica dos tempos imprescindíveis à produção da qualidade pedagógica, ao sucesso educativo real (e não fabricado) e ao clima relacional e à disciplina nas escolas.

Estas medidas administrativas e autoritárias não geram uma racionalidade de custos, mas mais um desinvestimento na escola pública que a médio prazo ficará caríssimo ao país; não promovem oportunidades e solidariedades educacionais, antes aceleram desenraizamentos e assimetrias sociais; não racionalizam recursos humanos, antes prescindem de meios necessários ao processo educativo e agravam pela precariedade e desemprego a situação social; não melhoram a qualidade do ensino e do sucesso real, mas criam dificuldades acrescidas às crianças e aos jovens vítimas destas situações.

A progressiva perda da relevância a educação da educação como direito constitucional de todos os cidadãos e como alavanca essencial ao desenvolvimento do país é consequência, por um lado, de uma miopia economicista de conjuntura e, por outro lado, de deliberado desinvestimento na escola pública, quotidiana desresponsabilização do Estado e mercantilização da educação.

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 26 de Abril de 2012:

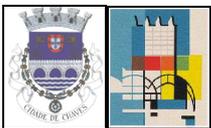
1. Manifesta-se pela imediata suspensão deste processo inoportuno, desadequado e coercivo de construção de mega agrupamentos.
2. Considera que qualquer processo de reordenamento da rede educativa/escolar deve realizar-se no respeito pelos interesses da educação, pela equidade, pelo estatuto constitucional e administrativo das autarquias e pela imprescindível cooperação genuína das escolas e da comunidade educativa.
3. Reafirma a necessidade de garantir a qualidade da escola pública, exigindo que o Estado cumpra o seu papel, assumindo como tarefa central e urgente o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País. Chaves, 26 de Abril de 2012. Os deputados da CDU”.

Sobre a 1ª Moção *o Senhor Presidente da Mesa* referiu que tem afirmações com as quais certamente todos estão de acordo, como é o caso dos pagamentos em atraso aos seus funcionários, mas no que diz respeito à sua situação financeira só a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, o seu Provedor, é que poderá dar as informações pretendidas. Este Órgão não pode estar aqui a julgar aquilo que desconhece.

O **Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha** respondeu ao Senhor Presidente da Mesa que a Assembleia Municipal de Chaves tem o direito e o dever de se pronunciar sobre a situação de uma entidade que, depois do Hospital e da Autarquia, é a principal empregadora do Concelho.

O **Senhor Presidente da Mesa** respondeu ao senhor deputado, mais uma vez, que ninguém se pode pronunciar sobre aquilo que desconhece. Propôs que seja feito convite à Mesa da Santa Casa para que alguém venha junto desta Assembleia Municipal, tentar a situação financeira da Instituição.

O **Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha** respondeu que na qualidade de deputado da Assembleia Municipal, gostaria de saber, como é que ao fim de tantos anos, uma Instituição de Solidariedade Social chega à situação financeira a que



chegou. Que esta situação seja pública e transparente perante os flavienses, perante as populações e perante os portugueses.

Para discussão desta Moção usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – cumprimentou os presentes e disse que o seu Grupo Municipal entende que a Santa Casa da Misericórdia deve prestar contas nos seus Órgãos próprios, o que não é impeditivo que se tome uma posição de solidariedade para com trabalhadores que num cenário como o que vivemos atualmente, estão sem receber o seu vencimento há seis meses e a atitude de solidariedade só dignifica este Órgão. Quanto às contas a Santa Casa da Misericórdia tem órgãos próprios para o fazer.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Moção.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD - depois de cumprimentar os presentes disse que o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta Moção porque, não só na Santa casa da Misericórdia de Chaves, como toda e qualquer Instituição, o trabalhador que exerce o seu trabalho, tem direito ao seu salário e a todos os direitos e deveres consagrados na legislação.

“No passado, como no presente, independentemente dos órgãos que estiveram, que estão, ou que venham a estar à frente da Santa Casa, é entendimento do Grupo Municipal do PSD, que é uma Instituição que muito deu e certamente continuará a dar ao Concelho de Chaves, às famílias e aos trabalhadores. Essa é uma preocupação não só da CDU que apresenta a Moção, mas de toda a Assembleia Municipal. Em todas as Instituição existem regras que devem ser cumpridas e as contas devem ser prestadas nos Órgãos próprios de forma transparente e rigorosa. E se existe alguma questão menos clara há órgãos quer para fiscalizar, quer para punir os erros que eventualmente tenham sido ou venham a ser cometidos. O Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente esta Moção”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – voltou a usar da palavra para dizer que para além desta Moção o Partido Comunista, através do senhor deputado Agostinho Lopes, apresentou na Assembleia da República um conjunto de perguntas ao Governo que passam pela avaliação que este faz da situação da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, nomeadamente sobre a situação dos trabalhadores, quais as medidas e quais as transferências do Orçamento de estado foram previstas para colmatar esta situação, que avaliação faz o Governo da situação económica e financeira da Instituição e do seu possível saneamento financeiro.

Foi ainda perguntado ao Governo se estão, ou não, postas em causa as funções sociais desempenhadas pela Santa Casa da Misericórdia”.

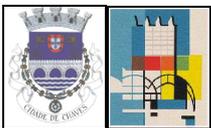
Posta à votação a Moção foi aprovada por unanimidade.

Relativamente à segunda Moção o **Senhor Presidente da Mesa** informou que o seu conteúdo é semelhante ao conteúdo do ofício recebido às 12,00h do dia de hoje, no Gabinete da Assembleia Municipal, enviado pela FENPROF, no qual se pede para dar conhecimento aos Grupos Municipais.

Foi posta à discussão tendo usado da palavra:

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse ter solicitado a palavra neste momento para apresentar factos objetivos sobre este assunto.

A questão da agregação dos Agrupamentos de Escolas não é uma situação nova. Já durante a vigência do Governo anterior – há cerca dois anos – essa possibilidade foi colocada e havia, inclusivamente, uma proposta relativamente ao Município de Chaves, nesse sentido. Chegou a haver uma agregação que foi suspensa, mediante a apresentação de uma previdência cautelar que teve provimento em função de não haver regulamentação nesse sentido. Hoje essa matéria é retomada e o Município de Chaves foi contactado pela Direção Regional de Educação do Norte para se pronunciar. Como há dois anos atrás, hoje tomámos a mesma posição; dissemos a Senhor Diretor Regional que a Câmara Municipal de Chaves só tomaria uma posição depois de reunir



com os Senhores Diretores dos Estabelecimentos de Ensino do Concelho. Isso foi feito e foi, absolutamente consensual, entre os Senhores Diretores, colocar objetivamente sobre a mesa e em execução, a proposta existente há cerca de dois anos atrás. Na passada terça-feira houve uma reunião no Porto com o Senhor Diretor Regional onde apresentámos a proposta que foi aceite consensualmente entre a Autarquia e os Senhores Diretores dos Agrupamentos.

Sobre esta “Moção”, independentemente da sua validade e dos pressupostos que defende, entendo que os Diretores dos Estabelecimentos de Ensino devem pronunciar-se sobre a proposta, antes mencionada, e apresentada na DREN.

Este “Moção” expressa a legítima opinião de um Partido, mas tendo eu reunido com os Senhores Diretores dos Agrupamentos e participado nessa reunião no Porto, não poderia deixar de dar conhecimento esta situação e dizer que no Município de Chaves há uma posição consensual que foi apresentada na DREN. Essa proposta visa três agregações: *Escola Júlio Martins - Agrupamento de Vidago; Escola Fernão de Magalhães - Agrupamento Nadir Afonso; Escola António Granjo – Agrupamento Dr. Francisco Gonçalves Carneiro.*

Depois da explicação sobre o processo, aguarda-se a decisão final que será do Ministério da Educação, através da respetiva Secretaria de Estado.

Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que dado que esta matéria envolve a Autarquia, os Senhores Diretores dos Agrupamentos e as Comunidades Educativas em geral, ia solicitar esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, mas ele já o deu.

“Sobre esta matéria cada um de nós terá a sua própria opinião, mas representamos aqui a sensibilidade dos nossos cidadãos. O Senhor Presidente da Câmara diz-nos que a situação que está neste momento no terreno confere a possibilidade consensual de avançar com três Agrupamentos Verticais. Naturalmente que, integrando eu uma comunidade educativa do Concelho, sei o que lá se passa e parece-me que o que esta Assembleia Municipal tem a fazer, é representar o sentimento das pessoas; como o processo ainda não tem um desfecho e sabemos que ainda existem algumas questões de especificidade, o Grupo Municipal do PS vai abster-se na votação desta “Moção”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que em função das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Autarquia e das reuniões que já teve com os Senhores Diretores dos Agrupamentos, da proposta que foi entregue na DREN e em função do que diz o ponto da “Moção” da CDU, o Grupo Municipal do PSD vai votar contra.

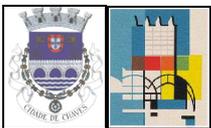
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que o quer a Senhora deputada Paula Barros, quer o Senhor Presidente da Câmara, tiveram o cuidado de não dar a sua opinião pessoal, não se vinculando à criação de mega Agrupamentos.

“A CDU pergunta. Isto foi refletido nas escolas ou não? Estamos a passar a responsabilidade para os Diretores das escolas que falam em nome das escolas e da Comunidade Educativa sem as auscultarem. Estamos a falar do futuro do ensino na Região, que é uma questão séria.

Será que isto não merecia também uma reflexão do Conselho Municipal de Educação? Faço questão de referir que não há aqui nenhum espírito de conflito, mas sim uma reflexão da Assembleia Municipal sobre medidas que vão ter implicações muito sérias, no futuro, sobre a reestruturação do ensino na Região”.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA usou novamente da palavra para informar que na qualidade de Presidente da Câmara não deve dar a sua opinião como docente.

Apenas esclareci que o Município apoiará as decisões que os Senhores Diretores dos Agrupamentos, dentro da função que exercem, apresentem em nome das Comunidades Educativas que representam.



A opinião foi ouvida e depois de haver um consenso entre os Senhores Diretores, ao Município apenas lhe compete apoiar a essa posição. Quando referi que dentro das Comunidades Educativas a forma de auscultar as sensibilidades, são diferentes e provavelmente nunca serão absolutamente comuns, como é normal na sociedade, isso para nós não está em causa. O que está em causa é que existe uma opinião e um consenso sobre essa matéria e julgo ser dever do Município, neste caso, apoiar essa decisão.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – respondeu à última intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha dizendo que se há quem não lave as mãos no que respeita à defesa da escola pública em Portugal é certamente o Partido Socialista.

“O PS tem manifestado a sua opinião, a sua posição e a forma como se coloca ao lado das pessoas na defesa de princípios essenciais que garantam a qualidade e equidade no acesso aos serviços de qualidade.

Relativamente à “Moção”, apresentada pela CDU não temos nada a dizer em relação aos considerandos; os considerandos são pertinentes e defendem a escola pública, mas lembramos que nesta Assembleia Municipal, como em todas, não se votam considerandos, vota-se a “Moção”. Revendo-nos nos considerandos revemo-nos também no que é o nosso sentido de representação daqueles que, no terreno, emitem opinião sobre as questões.

Se o Partido Socialista, independentemente daquilo que seja a votação individual dos seus elementos, entende que o sentido de abstenção deve ser tomado é porque não há um desfecho deste processo.

Eu não tenho problema nenhum em assumir que pertença a uma Comunidade Educativa e posso falar sobre o que aí se passou. Nessa Comunidade Educativa foram ouvidos, em reunião conjunta, encarregados de educação, alunos, funcionários, assistentes operacionais e professores e eu sei qual foi o resultado. Por isso é que eu digo que não deve ser feita a contrariedade sobre o que resultou numa decisão, que é do meu conhecimento, tomada por uma Diretora que representa e espelha o que foi a sensibilidade da sua comunidade educativa.

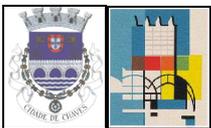
Posta à votação esta “Moção” foi rejeitada com 27 votos contra, 38 abstenções e 11 votos a favor.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – em nome do seu Grupo Municipal apresentou a seguinte declaração de voto:

“O Grupo Municipal do PSD votou contra esta “Moção” em face das explicações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, fruto das reuniões das reuniões que envolveram os Diretores das Escolas e de Agrupamentos, de professores e da Comunidade Educativa dessas mesmas escolas. Por essa razão entende o Grupo Municipal do PSD que sem ter mais elementos, para além dos que foram aduzidos pelo Senhor Presidente da Câmara e da proposta entregue na DREN, não faria sentido, votar favoravelmente a “Moção” apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, que logo no seu primeiro ponto suspendia todas as medidas”.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS -cumprimentou o presentes e apresentou a seguinte declaração de voto:” eu voto a favor desta “Moção” em coerência com posições que tomei no passado. No passado a única agregação de escolas criada foi em Vidago. E na época eu próprio sugeri que fosse interposta uma providência cautelar a quem o Tribunal deu razão, mantendo-se como Agrupamento autónomo. Nessa mesma linha continuo a achar que a agregação de escolas não trás benefício nenhum a não ser de carater economicista. Sou sensível à economia mas sou muito mais sensível à pedagogia e ao bom funcionamento das escolas, razão pela qual votei favoravelmente esta “Moção”.

O **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO SANTANA ABELHA DO PSD** depois de cumprimentar os presentes apresentou a seguinte declaração de voto: “ Faço minhas as



palavras do Senhor deputado Anselmo Martins se ele me permitir. Nem tudo o que aqui foi dito, apesar da boa-fé, é verdade. Eu como professor não fui tido nem achado, nem a minha comunidade foi consultada neste processo. Por isso não devem generalizar. Cada um que fale do que sabe e conhece. A Senhora deputada Paula Barros foi prudente e falou apenas da sua Escola. Na minha Escola reina o mal-estar. Em coerência comigo mesmo não posso ser a favor de uma coisa com o Governo do PSD, quando era contra com o Governo do PS.

Não gosto de factos consumados e duvido se, com este método, haverá uma significativa redução nas despesas; faltam-me dados que sustentem a escolha correta da forma como foram agrupadas as diversas escolas; ponho muitas dúvidas que desta junção advenham qualquer tipo de benefícios pedagógicos. Isto parece o Hospital ao contrário; no Hospital desagrega-se e na educação agrega-se”.

DEPUTADO FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – usou o direito de resposta porque foi citado pelo Senhor deputado António Abelha e disse:

“Eu sou Diretor da Escola Dr. Júlio Martins há sete anos e sempre me tenho pautado pelo respeito institucional. A minha principal obrigação é cumprir e fazer cumprir a Lei. E a Lei prevê etapas para a realização do processo de agregação. Nas primeiras etapas são ouvidas as Câmaras e os Diretores das Escolas, mas não assinamos qualquer documento. Apenas somos ouvidos. Em seguida há uma proposta da DREN que ainda não chegou às escolas, apenas nos foi comunicado, por deferência. Através dessa proposta vai ser convocada, especialmente para o efeito o Conselho Geral da Escola que representa a Instituição e tem a competência legal para o efeito. Esse Conselho Geral tem representantes dos professores, da Autarquia, dos pais, dos alunos, da Comunidade e esse Órgão tem membros que iram ser consultados. Estavam convocados para 4ª feira à noite, mas como tive de ir ao Porto de urgência, a reunião foi adiada para a próxima 6ª feira para serem ouvidos institucionalmente.

Sei que há colegas que gostavam de ser ouvidos em primeira mão, mas a escola tem à volta de 100 professores e estão todos em igualdade de circunstâncias, assim como tem cerca de 650 alunos que também têm o direito de se pronunciar.

A informação correta será dada ao Conselho Geral da Escola e é lá que eu vou dizer, em primeira mão, aquilo que foi proposto à Instituição, que não é definitivo, porque a Instituição pode dizer que quer outra coisa.

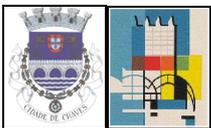
Não assinei documento nenhum e que saiba o Senhor Presidente da Câmara também não; apenas houve conversas”.

DEPUTADO ANTÓNIO SANTANA ABELHA do PSD – usou novamente da palavra para dizer que agradece a intervenção do Senhor deputado Francisco Chaves de Melo que acaba de confirmar, perante esta Instituição, que é a casa da Democracia a nível local, que não consultou ninguém na Escola. Disse que vai reunir o Conselho Geral. Ora se vai reunir é porque ainda o não reuniu. Vai reuni-lo depois do facto consumado.

“Eu não quero ser ouvido individualmente, mas uma escola tem vários departamentos e tem o Conselho de Escola. Eu e os meus colegas não fomos ouvidos”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – disse não ter generalizado relativamente ao que foi feito em cada escola, apesar ter sido insinuado que o fez.

O que eu disse claramente foi que foram ouvidos apenas os Senhores Diretores. Já verificámos que existem atuações diferentes nas diversas Comunidades Educativas mas isso é da responsabilidade dos Senhores Diretores perante as respetivas Comunidades. Ao Município não compete ouvir a Comunidade Educativa de cada escola, apenas lhe compete ouvir os seus Diretores e foi o que fez. A opinião dos seus Diretores pode, ou não, ser sustentada pela audição prévia dos Órgãos e ouvimos aqui um Senhor Diretor que vai ouvir os Órgãos da sua Escola; neste momento a opção não está sancionada pelo Ministério da Educação. As Comunidades Educativas que já tomaram a sua posição ouvindo os respetivos Órgãos já têm o trabalho feito. Aqueles que ainda não o fizeram vão fazê-lo, certamente.



A SENHORA DEPUTADA ISAURA DAS DORES GOMES DE SOUSA do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que votou favoravelmente a “Moção” por várias razões.

“Considero que é um erro grande a criação dos megas Agrupamentos. É o resultado do insucesso escolar mas, essencialmente, é um erro pelo insucesso educativo. A socialização é impossível fazer-se entre pré-primária, com crianças de 3/5 anos e jovens de 17/18 anos.

O meu Agrupamento consultou os professores individualmente. Eu fui ouvida e tive a oportunidade de dizer aquilo que sentia sobre os mega Agrupamentos; o grande problema nem é tanto o das crianças é mais dos professores”

O **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS** do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

“ Eu apoiei a “Moção” da CDU com a convicção de que a agregação dos Agrupamentos é um grande mal para os nossos alunos. Estou no terreno e sei que os alunos vão ser prejudicados. Votarei sempre contra isso”.

O **SENHOR DEPUTADO LUIS DIAS DE CARVALHO** do PSD, apresentou a seguinte declaração de voto: “ Quando foi criada a lei de gestão das escolas, sob a tutela do Governo do Partido Socialista, foram muito poucos os que se insurgiram contra o modelo de gestão. Eu fi-lo em devido tempo e no lugar próprio, que é o Conselho Pedagógico da minha Instituição. Comparando o que é evidente – são tempos diferentes e Instituições diferentes – este modelo de gestão é comparável ao Congresso da Primeira República Portuguesa. Nesse então nós tínhamos os deputados e os senadores e agora temos um Conselho de Escola e temos um Diretor que não é eleito por voto universal direto. O Conselho de Escola tem os deputados e os senadores; em termos comparativos. os senadores são os nomeados e os deputados são os eleitos. Eu votei contra esta “Moção” porque o assunto está a ser tratado em sede própria, vai ser levado aos Órgão das Escolas e deve seguir os trâmites legais”.

O **SENHOR DEPUTADO RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** da CDU – apresentou a seguinte declaração de voto: “Eu faço parte do Conselho Geral de um Agrupamento de Escolas onde a questão foi falada. A hipótese de criar um mega Agrupamento nunca foi colocada; o que foi discutido é que terão de existir mega Agrupamentos e depois escolher a Escola. Isso talvez tenha sido consensual, mas o dizer não, nunca foi sequer uma hipótese”.

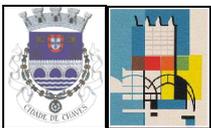
Entrou-se no “Período Antes da Ordem do Dia”

Neste período usaram da palavra os seguintes deputados:

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – usou novamente da palavra para dizer que ontem passou mais um aniversário sobre o “25 de Abril” de 1974. “Nós já vamos estando habituados a que em Chaves não seja assinalado esse dia de uma forma amplamente divulgada e que envolva as pessoas, no que respeita ao seu significado e naquilo em que ele se traduz, nomeadamente na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na igualdade de oportunidades, à equidade no acesso a serviços e a bens essenciais.

Para as celebrações que foram feitas no dia de ontem, para assinalar o aniversário desta data, os deputados municipais não receberam qualquer convite para assistirem. Não sabemos se houve algum lapso ou se foi de forma deliberada, competirá a quem de direito esclarecer esta situação.

O Partido Socialista entendeu vir aqui transmitir que nem só no aniversário do “25 de Abril”, como em qualquer momento, os eleitos municipais, devemos lembrar-nos que se temos assento neste Órgão Municipal, devemos isso ao “25 de Abril” de 1974 e àqueles que foram os protagonistas do golpe de estado ao qual se associou toda a sociedade civil pelo seu significado em termos de liberdade de expressão e na dignificação da vida



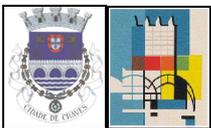
humana. Para Portugal foi um marco que, quer uns queiram, quer não, foi decisivo em termos de desenvolvimento, da elevação da formação e da qualificação das pessoas. Temos pena que passados todos estes anos, após o “25 de Abril”, ainda continuemos a debater-nos com problemas essenciais para a nossa sociedade e para a nossa vida comum.

Em cima da Mesa temos muitos dossiês que têm a ver diretamente com direitos essenciais na vida das pessoas, desde a educação, à saúde, à justiça e ao próprio poder autárquico. Da nossa parte e do nosso ponto de vista entendemos que é fundamental que nós, Assembleia Municipal de Chaves, que façamos jus ao que são os valores de Abril. Não podemos esquecer que a Assembleia Municipal de Chaves é um Órgão Autárquico de uma região do interior, de um Concelho que, até ao momento, ainda não teve as mesmas oportunidades que outros concelhos do nosso País e é em nome da coesão territorial e social, que eu me atrevo a dizer que todos defendemos, que é em nome desses valores, em nome das pessoas que representamos, que devemos fazer jus a “Abril” e fazê-lo é representarmos as pessoas e desenvolvermos ações na defesa daquilo que em cada momento consideremos essencial.

Lembro que, do nosso ponto de vista, e sem querer partidarizar neste momento o discurso, mas apenas manifestar uma opinião direcionada naquilo que defendi, entendo que foi um erro o PSD ter apresentado uma “Moção” na última Assembleia Municipal, para terminar com o Grupo de Trabalho que tinha sido criado em Dezembro. Entendemos que foi um erro porque esse Grupo foi criado, pensamos, com boa intenção, com boa vontade e à semelhança de outros Grupos que funcionaram no passado, a sua atividade deveria ter sido agilizada de imediato, tal como no passado outros funcionaram e foram agilizados no imediato. Os objetivos eram nobres e entendemos que o importante era que ele funcionasse em defesa dos interesses comuns da comunidade que representamos.

As pessoas que mantiveram a palavra de que continuariam a desenvolver ações em nome do que aqui foi defendido, na Assembleia Municipal de Dezembro de 2011, continuam a reunir; estão a definir um conjunto de ações concretas e continuarão a convidar todas as forças político-partidárias com assento nesta Assembleia Municipal, a cada um tomará a opção que entender. É o momento da defesa intransigente de valores que podem fazer toda a diferença no que respeita à qualidade de vida das pessoas. Da mesma forma o Partido Socialista e voltando a recordar que se todos aqui estamos sentados o devemos a quem protagonizou o “25 de Abril” de 1974, também, por essa via, quero aqui reafirmar que se revê em todas as 51 freguesias do seu concelho e considera que elas conferem, para além da sua identidade própria, uma identidade muito própria ao Concelho de Chaves. A proximidade com as pessoas numa altura tão difícil, o consolo que essa proximidade possa dar, no mínimo que seja, poderá fazer toda a diferença. É por essa razão que mantemos a nossa posição na defesa intransigente das nossas freguesias e, se possível ainda, devemos ajudar a que elas se constituam como verdadeiros polos do seu próprio desenvolvimento porque desse forma temos a certeza de que contribuirão para o desenvolvimento harmonioso do concelho em todo o seu conjunto.

Julgo, penso e espero que ainda esteja nas mãos deste executivo camarário e desta Assembleia Municipal, fazer jus ao que é o poder local democrático. Isso significa respeitar todos os que representam os cidadãos de cada freguesia e se possível dar-lhes os meios necessários para que possam cumprir, cabalmente, com a sua missão de proximidade, de ajudarem, com os meios escassos de que dispõem, a conferir melhor qualidade de vida às pessoas. Isto é um ideal que eu julgo que todos comungamos, por caminhos diferentes, com posturas ideológicas diferentes, com as clivagens ideológicas naturais, e que fazem falta ao regime democrático, porque a pluralidade é fundamental, mas que, nos objetivos essenciais, nos saibamos unir em nome também daqueles que um dia se uniram em 1974, para nos darem alguma melhoria da qualidade de vida que



temos até hoje. Não vamos retroceder. Não é para trás que devemos olhar. Está na hora não de baixar os braços, mas de ir para a frente com os olhos postos num futuro para o qual todos devemos sentir a obrigação de contribuir e seja melhor para todos”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – referiu-se ao “25 de Abril” de 1974 dizendo:

“O 25 DE ABRIL FAZ 38 ANOS

A revolução de “25 de Abril” de 1974 representa um marco fundamental não apenas na história do Portugal contemporâneo mas em toda a história da nacionalidade.

Não foi fácil nem linear, a implantação do regime democrático num país vítima de quase meio século, de súbito a braços com uma descolonização tardia, a que se juntavam os efeitos da crise económica internacional que acabara de irromper em 1973.

As circunstâncias em que ocorreu a revolução explicam as peculiares características da transição para a democracia entre nós por comparação com outros países europeus da época envolvidos em processos semelhantes.

Inevitavelmente, porém, teria de se dar o choque, dentro da mitologia, entre os que subordinavam as liberdades ao socialismo e os que, pelo contrário, subordinavam o socialismo às liberdades, levando Portugal a viver intramuros - a grande opção que dividiu o mundo na primeira metade do século XX.

Até tudo (ou quase tudo) se encaixar no novo molde constitucional, compromisso político-institucional entre a força da utopia ideológica e as exigências da vida democrática, sem vanguardismos tutelares nem novos dogmas.

Mas fruto do “25 de Abril”, foi também possível que em 6 de Maio de 1974 Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, anunciassem publicamente a formação do PPD – Partido Popular Democrático, legalizado pelo Supremo Tribunal de justiça em 25 de Janeiro do ano seguinte (1975).

O 25 DE ABRIL FAZ 38 ANOS

Naquele dia de Abril de 1974, em que os portugueses disseram que não lhes bastava ter cordas vocais, garganta e boca: era urgente que tivessem igualmente voz!

Voz para gritar, sussurrar, falar, propor, intervir e mudar o país com um discurso!

E pela mão dos corajosos militares, nesse dia, nessa cidade, nesse lugar, ganharam a voz. No Largo do Carmo, em Lisboa, os portugueses retomaram aquilo que não nenhuma lhes poderá jamais usurpar: Um País Livre, Portugal!

A liberdade não é só de quem lá esteve – é também de todos aqueles que sem lá terem estado, estiveram sempre presentes.

Destacamos neste 38º aniversário a evolução em Portugal.

Todas as culturas, sociedades e países têm na sua história pequenos e grandes acontecimentos que marcam e constituem a sua identidade, ficando desses acontecimentos fica uma memória coletiva que, tal como os seus significados, é viva, dinâmica e evolutiva.

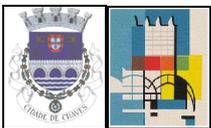
Também o “25 de Abril” é um elemento da nossa história, da nossa memória coletiva.

As palavras de ordem, o cravo, sinónimo de liberdade, o início de uma nova vida em democracia. Símbolos inesquecíveis.

Os 3 “D” da revolução – Descolonização, Democratização e Desenvolvimento, estão hoje totalmente cumpridos, com mais ou menos imperfeições.

Mas não queremos viver do passado.

Não queremos que o “25 de Abril” seja só uma memória.



O “25 de Abril” renova-se sempre que se celebra.

O “25 de Abril” de 1974 marcou o início de uma viragem histórica em Portugal.

Mas com a conquista da liberdade, os portugueses voltaram-se para outra conquista: a do desenvolvimento. O “25 de Abril” cresceu, como o país cresceu.

É esta a herança de Abril. A data que marcou o início de uma era de desenvolvimento em Portugal, não deve, por isso, ser uma festa saudosista ou meramente ideológica. Deve sim ser uma festa nacional.

Uma festa que através da noção de presente nos dê uma visão de futuro.

Ao comemorarmos a noção de desenvolvimento, estamos a transmitir que a sociedade portuguesa cumpriu um desígnio, que se orgulha do presente acreditando no futuro.

A evolução que devemos á revolução, constatando que esta não trouxe apenas o fim da guerra colonial e início da liberdade mas também que marcou o dealbar de um novo progresso real e que pode ser quantificado.

Celebrar os 38 anos do “25 de Abril” é celebrar o seu legado que é a democracia e o desenvolvimento.

O “25 de Abril” é património comum a todos na sociedade, independentemente das ideologias políticas.

Não devemos substituir a diversidade ideológica da sociedade portuguesa, mas comemorar a sua democracia e desenvolvimento.

Estas comemorações não podem ter nenhuma carga subjetiva ou política, mas têm que estar centradas, na esperança por um futuro melhor, na evolução do país porque é de esperança e evolução que se trata quando comparamos o país de 1974 com o de 2012.

O “25 de Abril” foi um projeto de futuro e que, por ter sido um projeto de futuro, deve continuar a ser um sonho inspirador e um ideal para as gerações vindouras.

Termino, citando Sophia de Mello Breyner Andresen:

“...Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo...”

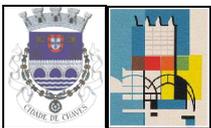
ANTÓNIO MANUL PIRES DE ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“ O Governo legítimo do nosso País, segundo a comunicação social, prepara-se para extinguir quatro feriados nacionais. Dois religiosos e dois civis. Um dos feriados religiosos propostos é o dia “1º de Novembro”, dia de «*Todos os Santos*» que, como todos sabemos é um dia fundamental na vida flaviense.

Embora ainda não haja confirmação oficial, quero alertar esta Assembleia Municipal e o Município de Chaves para os graves inconvenientes de tal cisão na vida comunitária do nosso Concelho. Todos nós desejamos que isso não aconteça e devemos estar alerta para repudiar a eventualidade da extinção do feriado de 1 de Novembro”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que segundo se sabe, relativamente aos feriados religiosos, estão em negociação com a Concordata e a Santa Sé e ainda não está nada definitivo; no corrente ano é público que os feriados se vão manter como até aqui.

ISAURA DAS DORES GOMES DE SOUSA do PSD – pediu o esclarecimento da seguinte dúvida:



“Concordo com tudo o que foi dito na “Moção” apresentada pela CDU, mas fiquei com a ideia que está lá a palavra «suspensão». Ouvi dizer que já não seria possível a suspensão porque já estaria tudo decidido. Entendi depois que não era bem assim e espero que chegue ainda a tempo de se refletir um pouco sobre esta situação, que tal como referi, a educação não beneficia em nada com os Agrupamentos.

O “25 de Abril” trouxe-nos esta possibilidade de comunicar as nossas ideias e até de dizermos coisas que não agradam a quem nos ouve. Entendo que não sabemos estar nesta Assembleia Municipal; ainda há bem pouco tempo estava alguém a intervir e toda a gente a falar, a sorrir e a brincar. A Comunicação Social tem atribuído um pouco de falta de socialização aos políticos. Temos de saber estar nos diversos locais, e isso é coisa que os nossos alunos desde bem pequeninos não sabem; não sabem estar e não sabem ser.

Os professores do 1º. Ciclo, antes professores primários, somos mal tratados e os mega Agrupamentos não vão resolver a situação. Temos de ser nós a lutar por isso e seria bom que politicamente se valorizasse uma classe que está altamente desprestigiada e devia ser “o ponta pé” de saída para a formação dos cidadãos”.

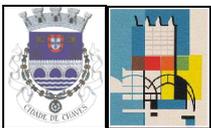
NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e em seguida colocou as seguintes questões:

“Conheço o PPI mas não sei bem a nível temporal/cronológico, quais são os investimentos que estão calendarizados e programados na componente rodoviária. Gostaria de saber se existe algum calendário relativamente ao início da execução da beneficiação e correção da estrada que liga Chaves a Montalegre. O Senhor Presidente da Câmara disse que era uma das obras que gostaria de fazer ainda neste mandato e gostaria de saber se isso se vai concretizar.

Gostaria também de saber se existe algum plano/projeto, com alguma incidência temporal, no que concerne à beneficiação das artérias da cidade e na sua zona envolvente que estão com um pavimento bastante degradado. Entendo que é hora de fazer uma repavimentação sobretudo nalgumas ruas principais da cidade onde o pavimento está muito gasto.

Sobre o Património Municipal, resultante das urbanizações que vão sendo feitas, gostaria de saber se existe algum plano da Autarquia. Temos uma cidade que cresceu muito à custa da iniciativa privada por força de loteamentos, onde existe um conjunto de infraestruturas públicas – arruamentos, passeios, condutas de eletricidade, de água e saneamento, equipamentos de utilização coletiva, zonas verdes e outros. É frequente verificar em determinados locais a falta de tampas de saneamento, que constitui perigo para as pessoas, nomeadamente para as crianças e animais. O que pretendo saber é se existe alguma atenção mais específica sobre este património

Sobre a Reorganização Administrativa Territorial das Freguesias foi aprovada na A.R. a Lei nº. 44/2012. Esta Lei tem algumas alterações relativamente ao Projeto de Lei. O texto final evoluiu nalguns aspetos, em parte fruto da posição assumida pela ANAFRE que conseguiu que fossem introduzidas algumas alterações na sequência do sentimento das populações e da pressão dos autarcas. Esta evolução, na solução final, e na minha perspetiva pessoal, não resolve problemas de coesão social e territorial, criando um problema fundamental que é o da proximidade. Se esta Lei for aplicada, em cujos considerandos me revejo, se efetivamente vier a ser agregado o número de freguesias que propõe – 50% nos lugares urbanos e 25% nas zonas rurais – com a especificidade deste número poder ser reduzido em 20%, temo que falhe os resultados. O que se vai conseguir é que as freguesias mais distantes das sedes de concelho, as com menos densidade populacional, as mais frágeis, as que têm população mais idosa, as que necessitam de mais atenção e mais cuidado, com a aplicação desta Lei, não tenham um conjunto de cidadãos bons (entendo que os Senhores Presidentes de Junta são cidadãos bons, alguém que tem um dever acrescido para com os seus concidadãos) que possa ser porta-voz das suas reivindicações, o mensageiro dos seus



problemas, dificuldades, aquele que lhe presta o apoio necessário. Temo que com as megas freguesias venhamos a ter problemas de proximidade; hoje fala-se muito da solidão e do isolamento e no nosso Distrito existe uma percentagem significativa de idosos isolados, que vivem sozinhos, sem nenhuma retaguarda familiar.

Entendo que esta lei é injusta, que não é social, que não cumpre Abril e mais cedo ou mais tarde vai ser alterada ou revogada porque nós não temos autarquias a mais se fizermos a comparação a nível europeu. O que precisamos é de freguesias com mais competências, mais capacidade, com mais poder de intervenção.

Como já disse sou contra esta Lei porque é injusta e pune sobretudo os cidadãos mais frágeis, mas apesar disso entendo que pode ser um mal menor. Quando na última Assembleia Municipal se discutiu que a Câmara não tinha de fazer nenhuma Proposta de Pronúncia, nenhum parecer, essa questão agora está perfeitamente resolvida e é claro que a Câmara tem de fazer a Proposta de Pronúncia ou um Parecer. Foi isso que defendi na última Assembleia Municipal e é isso que está no texto da Lei. A Câmara Municipal não se pode desvincular, nem fazer de conta que não tem nada a ver com o assunto. A Autarquia vai ter de emitir um Parecer quanto à Reorganização e tomar posição. E tomando posição, o importante é aproveitar os instrumentos e as capacidades que esta Lei nos deixa; se cumprindo alguns pressupostos e requisitos, vai permitir que, em vez do limiar mínimo resultar da aplicação dos critérios quanto aos lugares urbanos e aos lugares rurais, podemos fazer uma proposta na Assembleia Municipal que reduza em 20% esse limiar mínimo. Penso que é de todo o interesse que a Câmara, com os seus serviços, com as suas competências, com o conhecimento que tem dos Censos de 2011, com toda a informação que colheu durante o último ano, com os contactos que fez com os senhores Presidentes de Junta, possa apresentar uma solução que, que sendo má possa ser menos má”.

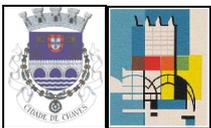
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – fez uma saudação forte ao “25 de Abril” e ao que simbolizou, nomeadamente a grande manifestação que as freguesias fizeram em Lisboa.

“Se há coisa que este ano refletiu bem o espírito de Abril, de participação de baixo para cima, está nessa manifestação e devia merecer uma reflexão do Governo, da Assembleia da República e também da Autarquia.

Hoje verificámos aqui um espírito de capitulação. Entende-se que a Lei é má, mas vamos cumpri-la tentando reduzir o seu mal ao mínimo possível. Nos tempos difíceis que vivemos esperamos dos autarcas que não embarquem em erros como foi a criação do Centro Hospitalar, sem auscultar as populações, os profissionais de saúde, os autarcas; os mega Agrupamentos também vão de baixo para cima e no final vêm de cima para baixo, dizendo: “isto foi o que vocês propuseram. Agora sancionem”. Quando não houve nenhuma discussão real e profunda da comunidade; nalguns casos não foram ouvidos os Conselhos, noutros nem sequer foi posta a hipótese de rejeitar os Agrupamentos. As analogias são mais do que muitas sobre estes aspetos. E numa altura de dificuldades, o espírito de Abril, também tem esta capacidade de ter a coragem de dizer que não, de não nos submetermos aos males menores, mas exigirmos o envolvimento das populações na resolução dos problemas e não termos de aceitar, calados, tudo o que nos é imposto. O “25 de Abril” não nos trouxe só liberdade e democracia. Trouxe-nos uma porta para atenuar as gravíssimas desigualdades sociais que existiam no país. Essa porta tem três componentes essenciais: a educação, a saúde e a segurança social. Deixamos o desafio aos autarcas para que não aceitem as inevitabilidades e sejam fortes na defesa dos interesses das populações porque foi para isso que fomos eleitos. Viva o “25 de Abril”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – respondeu às questões que foram colocadas neste período Antes da Ordem do Dia.

A **Senhora Deputado Paula Barros** ao referir-se ao “25 de Abril” focou uma situação que aconteceu e que eu, como responsável assumo. Efetivamente os membros eleitos



da Assembleia Municipal, por lapso dos Serviços, não receberam o convite para as comemorações. Pedimos desculpa pelo facto, que foi a primeira vez que nos aconteceu e esperamos que não volte a repetir-se. Mas uma questão é este lapso, outra é a Senhora deputada dizer, e já vem sendo habito, que o “25 de Abril” não é comemorado em Chaves, o que não é verdade. O “25 de Abril” tem importância para todos, pelo seu carater revolucionário e pelo que representa na nossa história.

Entendemos que comemorar esta efeméride não é com uma grande cerimónia para as entidades que estão no desfraldar da bandeira porque isso é normal. O mais significativo é a participação e a envolvimento das populações. O Programa deste ano teve essa envolvimento, com um fator adicional que foi o mau tempo. Mas houve um ato, incluído nessas comemorações, que foi muito participado com imensas crianças no Pavilhão Municipal no dia 25 à tarde. Houve também a atuação de uma Banda Musical no Jardim Público.

Eu sublinho acima de tudo a participação das crianças porque o “25 de Abril” tem de ser vivido e, sobretudo, incentivada a sua vivência nos mais novos para que conheçam o seu significado e os seus valores.

Vivendo numa região de interior concordo que devemos ter a coesão como valor essencial, porque se não houver coesão teremos sempre um défice de competitividade.

O **Senhor deputado António Pires de Almeida** referiu-se à extinção de feriados. Eu também não concordo que os dois feriados civis a extinguir sejam os que estão assinalados, nomeadamente o “5 de Outubro”. O proposto para os feriados religiosos é o “15 de Agosto” e o “Corpo de Deus” que é um feriado móvel. O dia “1 de Novembro” é apenas uma perspectiva, o que significa que estamos perante meras suposições. Mas se este dia vier a ser retirado dos feriados, a Autarquia tomará a sua posição para que o “1 de Novembro” continue a ser festejado com a importância que sempre teve para o Município de Chaves e para a região.

A **Senhora deputada Isaura de Sousa** referiu entre outras coisas que muitas vezes uma pessoa fala e nem sempre é bem entendida o que é um facto. Se dermos mais atenção ao que é essencial, deixando o secundário, o entendimento será mais conseguido.

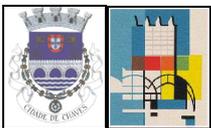
O **Senhor deputado Nuno Vaz** colocou questões concretas. Na ligação de Chaves a Montalegre estamos a tentar contactar os proprietários dos terrenos a expropriar, cujas parcelas estão identificadas no respetivo projeto. A experiência diz-nos que se não tivermos o dossiê devidamente preparado, teremos mais dificuldades em avançar com o respetivo concurso. Sabemos que os Senhores Presidentes de Junta de Bustelo, Sanjurge, Calvão Ervededo e Soutelinho da Raia, estão dispostos a colaborar nesta situação.

É um facto que algumas artérias da cidade estão bastante danificadas, mas o que acontece é que à medida que vão sendo feitas intervenções vão sendo colocadas infraestruturas subterrâneas e isso tem atrasado a sua requalificação. Há vias que para além de repavimentação vão necessitar da substituição de todas as infraestruturas subterrâneas. É o caso da Avenida Nuno Álvares, em que as infraestruturas têm mais de três décadas.

Sobre a questão da Reorganização Administrativa Territorial, neste momento a Lei está aprovada. Contrariamente àquilo que o Senhor deputado disse, a Câmara Municipal, nunca se colocou fora do processo. Sempre se manifestou disponível para prestar ao Grupo de Trabalho nomeado pela Assembleia, todas as informações/estudos e acompanhar o seu trabalho.

O **Senhor deputado Manuel Cunha** falou em democracia, mas democracia não é teimosia.

Concordo que em muitas situações temos de tomar posições firmes, mas a democracia não implica só imposições. Também implica cedências e é importante que em democracia nos saibamos ouvir mutuamente. Devemos ter em conta os interesses das



populações, é certo, mas esses interesses não são apenas aqueles que eu aqui transmito, ou os que o PS e a CDU, ou outros transmitem; os interesses das populações vão muito além daquilo que cada um de nós aqui defende.

Teremos uma democracia autêntica quando conseguirmos criar um denominador comum entre tudo o que achamos que é o interesse das populações, mas sobretudo quando soubermos bem quais são verdadeiramente esses interesses. E só sentimos isso quando vamos às localidades, mesmo às que têm um número muito reduzidos de habitantes e ouvimos as pessoas. É que muitas vezes os seus interesses são muito diferentes daqueles que nós pensamos. Quando nesta Assembleia Municipal, falamos dos interesses das populações, devemos ter mais presente quais são esses mesmos interesses, respeitá-los e dessa forma, estaremos, em meu entender, a cumprir Abril.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”.

O **Senhor Presidente da Mesa** lembrou a adenda à Ordem de Trabalhos que foi entregue aos Senhores deputados, onde constam dois assuntos que vêm à Assembleia Municipal ao abrigo do art.º 83 da Lei 169/99 e ulteriores alterações, para sancionamento e que são:

- **SANCIONAMENTO, POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O GRUPO DE TRABALHO, NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE LEI SOBRE O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA;**

- **SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES (CPCJ).**

O segundo ponto tem por suporte o pedido formulado pelo Senhor deputado Luís Dias de Carvalho no qual informa que, por razões de incompatibilidade de horário da sua atividade docente, não pode continuar a participar nas reuniões de trabalho da Comissão da CPCJ, e nesse sentido pede a sua substituição por outro elemento do Grupo parlamentar do PSD.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Actividades Relevantes - Documento anexo

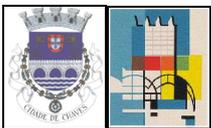
Outras Informações:

Neste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que se das reuniões havidas com os Senhores Diretores dos Estabelecimentos de Ensino fossem fornecidos alguns tópicos sobre acordo de Agrupamentos, tinha sido poupado algum tempo de discussão nesta sessão.

Sobre a reunião com o Presidente da ARSN sobre o serviço de saúde em Chaves gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara nos diga, quais as perspetivas do Governo para a Região, em relação à Unidade Local de Saúde, ao reforço dos cuidados primários, ao transporte de doentes e ao reforço funcional do Hospital de Chaves.

Sobre as barragens, gostávamos de saber a que cota vai ser construída a barragem no Tâmega. Se é a 312, conforme tinha sido votada por esta Assembleia Municipal, oportunamente, ou a 315.



Tenho informação que a IBERDROLA vai receber vinte milhões de euros, por ano, para assegurar potência; numa altura em que essa condicionante é muito discutível, são mais vinte milhões que vão para as grandes empresas e falta o dinheiro para as coisas mais comuns.

Chegou-nos uma informação, via STAL, dizendo haver uma perspectiva de despedimento de cinquenta funcionários da RESINORTE, por força da saída daquela Empresa, de várias autarquias da Região. A CDU pergunta se não há formas de negociar com a RESINORTE preços, baixando o valor a pagar por tonelada, de forma a assegurar a manutenção de postos de trabalho de pessoas que até são deste Concelho, minimizando o desemprego existente na Região.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que a Agenda do Senhor Presidente evidencia grande atividade, o que nos congratula. Para nós mais importante é saber o resultado de algumas das reuniões que foram feitas.

“Relativamente aos Agrupamentos já está clarificado esse ponto. Na Reunião que o Senhor Presidente teve com a ARSN é importante que nos diga, nos contactos que tem tido neste domínio, qual está a ser a evolução e o que está previsto ser feito no que respeita à questão da saúde no nosso Concelho.

Quando o Partido Social Democrata assumiu claramente que a resolução do problema passaria pela criação da Unidade Local de Saúde, uniram-se esforços nesse sentido e neste momento gostávamos de saber o ponto da situação.

Relativamente à Justiça gostávamos de saber, no que respeita às questões funcionais, como se encontra no processo de Reordenamento do Mapa Judiciário, o Tribunal de Chaves.

Gostávamos de saber o ponto da situação em relação às barragens, bem como no que respeita à reunião com a Senhora Ministra, sobre a questão das Águas de Portugal, nomeadamente a aplicação das tarifas e a questão da dívida”.

RUI DA SILVA OLIVEIRA da CDU – referiu-se à Escola de Santo Amaro para perguntar para quando está prevista a colocação de novos brinquedos no Parque Infantil.

“A Autarquia devia mandar verificar se o Parque existente oferece a segurança necessária, de forma a prevenir possíveis acidentes.

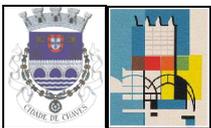
Sobre as férias desportivas gostava de saber se a Autarquia tem a intenção de as continuar a realizar.

Por último quero deixar aqui expressa a minha opinião pessoal sobre o excelente trabalho que a Escola de Música, da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, tem vindo a desenvolver, que culminou com um concerto gratuito, no início deste mês de Abril. O Professor Daniel Louro e o Professor Roma têm desenvolvido na Escola um trabalho excelente que deve ser do conhecimento de todos”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse, mais uma vez, que a informação que presta à Assembleia e é distribuída aos Grupos Municipais, engloba três vetores nomeadamente: Atividade Municipal, a Informação da Situação Financeira e a Informação sobre as Obras. Não é propriamente uma Agenda, mas sim a nota da atividade desenvolvida.

O **Senhor deputado Manuel Cunha** referiu-se à reunião com a ARSN. Esta reunião foi feita imediatamente na sequência do problema que surgiu e que foi mediatizado, da senhora que faleceu por paragem cardíaca colocando em causa os serviços prestados na Unidade Hospitalar de Chaves, no âmbito da cardiologia.

Nessa reunião, para além do assunto antes referido, aproveitamos para reformular o pedido de recolocação e reforço dos serviços de cardiologia, urologia e de outros que têm vindo a ser retirados/minimizados do nosso Hospital. A ARSN depois disso já se deslocou ao Hospital de Chaves para verificar algumas situações. Neste momento há outras questões que estão sobre a mesa para a nossa unidade hospitalar, onde prevalece a criação da Unidade Local de Saúde.



Sobre as barragens o que está previsto, neste momento, é que a cota seja a 315 para aquela que interfere com o concelho de Chaves, onde estão em causa 47 hectares de terreno, inseridos maioritariamente na freguesia de Arcossó. A IBERDROLA para aceder à concessão, entregou trezentos e três milhões de euros ao Governo português; posteriormente há da parte da Empresa a aceitação da não construção de uma das barragens, mantendo com as três restantes o mesmo nível de produção que teriam as quatro. A garantia de potência é, neste momento, e por imposição do Programa de Assistência Financeira, uma das discussões que o Governo tem com a IBERDROLA.

No que respeita aos Municípios, havia um Plano aprovado que neste momento também está em causa porque não sabemos qual o entendimento que haverá com o Governo português. Chaves manifestou-se contra três situações das quais já aqui dei conhecimento e que são: passagem da alta tensão da forma pretendida; suspensão do PDM no nosso espaço e não deu aval à proposta de impacto ambiental que foi apresentada.

Havia uma proposta na CCDRN, que foi substituída, e a reunião havida foi para saber se os municípios mantinham, ou não, a mesma posição. Foi decidido manter a mesma posição e a CCDRN concorda conosco. Há outras questões que a IBERDROLA colocou ao nosso Governo, que estão neste momento ainda em discussão.

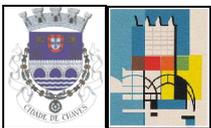
Sobre a RESINORTE vou, mais uma vez, explicar a situação. O Município de Chaves, cumprindo um acordo feito com os restantes municípios do Alto Tâmega, durante os primeiros cinco anos de atividade da Empresa, adjudicou-lhe diretamente a atividade não concessionada com uma tarifa comum aos seis municípios. Como Chaves tem menor dimensão territorial, e uma condensação mais elevada de lixo na cidade, teria uma tarifa mais baixa, mas em contrapartida os Municípios de Montalegre e Valpaços teriam uma tarifa muito mais elevada, por terem maior dispersão. Por acordo de todos foi decidido que a tarifa fosse comum aos seis, situação que se prolongou nos cinco anos seguintes em que o contrato foi renovado nas mesmas condições. Este segundo contrato termina, de acordo com todos os Municípios, a 31 de Maio de 2012. A Câmara de Chaves, na defesa dos seus cidadãos entendeu colocar a concurso a recolha dos resíduos indiferenciados porque não é uma atividade concessionada.

A RESINORTE é uma Empresa criada por decreto-lei para efetuar o tratamento, não a recolha. E não baixava o preço, pelo contrário, fez uma proposta em que subiu o valor. Só fazia a recolha porque havia um acordo com as Câmaras do Alto Tâmega para esse efeito. Para fazer a recolha há operadores no mercado.

Neste concurso já há uma proposta vencedora com uma baixa de preço substancial por tonelada e num Concelho em que são recolhidas 16 mil toneladas de resíduos por ano, a diferença de 47 euros/tonelada para 29, faz toda a diferença. Os Municípios vizinhos, atendendo à quantidade de lixo e aos valores envolvidos, podem não fazer concurso público mas adjudicação direta.

Nesse contexto os trabalhadores, direta ou indiretamente, ligados à atividade, são cinquenta. Mas ligados apenas à recolha são cerca de metade, dos quais vinte e um são naturais de Chaves, embora só treze exerçam as suas funções no Concelho. Recebi os trabalhadores e os Sindicatos aos quais informei que a responsabilidade dos seus contratos era da RESINORTE. Tivemos o cuidado de estabelecer contatos com a Empresa e os trabalhadores que são naturais de Chaves e que exercem aqui o seu trabalho poderão vir a fazer parte dos quadros da mesma, se a RESINORTE os dispensar. Estão previstas reuniões, nos próximos tempos comigo, com a Empresa que ganhou o concurso e com a RESINORTE.

Relativamente à questão do Tribunal colocada pela **Senhora deputada Paula Barros**, tinha marcada uma reunião amanhã de manhã em Lisboa, no Ministério da Justiça, que foi adiada para segunda-feira. Já expus a situação do Tribunal de Chaves à Senhora Ministra, com base num documento que pedi à ordem de advogados local e na qual peço o reforço dos Serviços. Recentemente, quando o Senhor Secretário de Estado da



Justiça veio a Chaves, em visita ao Estabelecimento Prisional, tive a preocupação de o levar ao edifício do Tribunal para ver as condições e verificar que tem capacidade para reforçar os serviços, nomeadamente a concentração do Tribunal de família e menores que neste momento está disperso.

Mais importante que tudo é o princípio da Territorialidade, que penso estar ultrapassado. O mais perverso que pode acontecer é que um cidadão que até agora era obrigado a colocar um processo em Chaves onde existia o seu problema, possa viver em Lisboa e possa colocar aí o seu problema em Tribunal. Defendemos de forma intransigente que todos os processos que digam respeito a determinado local, sejam aí colocados e não seja permitido que sejam colocados em Tribunais de comarcas diferentes.

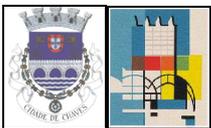
Relativamente às Águas de Portugal está previsto encerrar esse dossier até ao final do corrente ano, incluindo a discussão sobre a água em baixa. O que esteve sobre a mesa, nas reuniões havidas, quer com a Empresa, quer com a senhora Ministra foi o seguinte: Em primeiro lugar a questão das tarifas. Neste momento todos os municípios concordam em que as tarifas, sobretudo em Trás-os-Montes onde os valores são muito altos, diminuam; a ideia que existe, fundamentada num estudo efetuado, é que a tarifa da água domiciliária baixará substancialmente, mas baixará menos a tarifa de águas residuais, apontando para que, no conjunto das duas tarifas, desça para um euro e oito cêntimos/um euro e dez cêntimos (neste momento está em 73 cêntimos o m³ de tratamento de águas residuais e 67 o m³ de água domiciliária). Esta tarifa só deverá surgir depois da fusão dos sistemas na NUT II - Norte, ou seja Águas do Douro e Paiva (que têm a água mais barata em toda a zona Norte) com as Águas de Trás-os-Montes e com as Águas do Noroeste que agrupam a zona do Minho, mais os sistemas que fazem apenas tratamentos de águas residuais.

A entidade Reguladora – ERSAR – depois disso, emitirá opinião sobre a tarifa, que terá efeitos retroativos, ou seja: O cálculo do que está em débito será feito de acordo com essas novas tarifas e na questão dos consumos mínimos há consenso dos municípios em não os aceitar, uma vez que há municípios que consomem menos e outros nem sequer consomem e vão ter de pagar o que não consumiram, o que é injusto. Também estamos unidos na questão das rendas que consiste em saber como se avalia o património que cada município coloca à disposição, seja para a distribuição em “alta” ou em “baixa” e para o tratamento de águas residuais e se a renda a pagar é em função dessa avaliação ou da faturação. Neste momento aponta-se para que a renda seja paga à razão de cerca de 5% da faturação de cada município. Essas situações começam a ser negociadas a partir de Maio e contamos que esta questão seja solucionada até ao final do ano.

Certamente todos estes diferendos irão terminar e acordaremos o pagamento da dívida. O **Senhor deputado Rui Oliveira** colocou a questão do Parque infantil de Santo Amaro. Os serviços da Autarquia irão providenciar a substituição de brinquedos que não estejam nas devidas condições. A Escola de Santo Amaro tem uma característica diferente dos demais estabelecimentos de ensino básico. A Autarquia só coloca esse equipamento em Jardins de Infância. Santo Amaro é uma Escola do 1º ciclo e está numa situação de privilégio relativamente às restantes, porque os pais adquiriram o equipamento que lá está colocado. Como já disse a Autarquia irá substituir o que não oferecer segurança.

Na questão das férias, agora designadas por férias ativas, o que interessa é que sejam feitas nas mesmas condições de antes.

Sobre a Escola de Musica da Freguesia de Santa Maria Maior, tenho acompanhado o trabalho desenvolvido, quer desta Escola, quer de outras, nomeadamente da Academia de Artes que tem um excelente Cartaz não só na nossa Região, mas mesmo a nível nacional. Isso prova que a aposta no ensino de expressão musical foi realmente uma aposta ganha como se verifica pelos resultados.



PONTO 2. - CPCJ – RELATORIO ATIVIDADES. Para conhecimento;

Presidente da junta de Freguesia de santa Cruz/Trindade - José Joaquim Alves de Lima procedeu à leitura do documento, por ausência imprevista da autora do relatório, o qual se trancreve:

“O Grupo Municipal do PSD relativamente ao Ponto 2 desta Assembleia vem, prestar a seguinte informação:

A CPCJ de Chaves é uma Instituição não judiciária, com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

As instalações e os meios materiais de apoio, necessários ao funcionamento da Comissão de Proteção de Chaves, são asseguradas pelo Município. Ora, a Câmara Municipal, para além de suportar as despesas com a renda do imóvel sito na Urbanização da Formiguinha e todos os demais gastos com luz, água, material, deslocções das técnicas para os mais diversos serviços, nomeadamente o uso de viaturas da Câmara e respetivo motorista, tem ao dispor da Comissão uma administrativa, a D. Ivone Xavier, uma Técnica licenciada em Psicologia, disponível a tempo inteiro – a Dra. Lara Roxo; cedeu ainda uma outra técnica, na qualidade de representante do Município, a Dra. Cátia Palas Rodrigues, que dispensa 17,30 horas semanais do seu trabalho na Autarquia, em prol da Comissão e a Dra. Sílvia Chaves, Educadora Social, a trabalhar nos bairros sociais que faz igualmente um total de 7 horas semanais, nesta Instituição.

A Autarquia sempre, em todos os momentos, se mostrou colaborante com o trabalho desenvolvido pela Comissão, nunca levantando quaisquer objeções.

Portanto, todo o apoio logístico é da Câmara Municipal, exceto o fundo de maneiio no valor de 49,00€ que é da Segurança Social, para pagamento das despesas ocasionais com deslocções de menores institucionalizados ou dos seus pais, para visitas, por exemplo.

A Comissão de Proteção funciona em modalidade alargada e restrita.

A competência material da Comissão Alargada está reservada ao caráter geral de promoção dos direitos e prevenção das situações de perigo, reunindo esta de dois em dois meses. Dela fazem parte quatro membros desta Assembleia Municipal, em sua representação, sendo dois do PSD, um do PS e um da CDU.

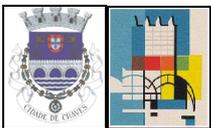
A Comissão Restrita tem competência para intervir nas situações concretas em que a criança ou jovem está em perigo e tomar medidas de promoção e proteção, que são as estipuladas taxativamente na lei, adequadas ao seu afastamento. Nesta Comissão está apenas um membro em representação desta Assembleia, membro esse, eleito pelos restantes (Dra. Márcia Teixeira).

É composta por nove membros a funcionar em permanência, nas mais diversas áreas exigidas e explanadas na Lei nº. 147/99 de 1 de Setembro.

Nota-se um crescente de situações de perigo para os menores. No presente ano computámos já 32 processos novos, sem contar com os que transitaram de anos anteriores e os reabertos no corrente ano.

Requer um grande esforço a tramitação destes processos, pois carecem das mais diversas diligências sumárias como entrevistas para obtenção de consentimento dos progenitores e dos menores, se tiverem idade igual ou superior a 12 anos, informações pedidas à Escola e Centros de Saúde, visitas domiciliárias, acompanhamento hospitalar, culminando muitas vezes na retirada dos menores das suas famílias e consequente institucionalização.

Estes menores são sinalizados à Comissão pelas mais diversas entidades, Escola, Tribunal, Polícia, pessoas anónimas, carecendo de uma resposta célere e adequada a cada situação.



Não fosse toda a colaboração prestada pelo Município, que apesar de a isso estar legalmente obrigado, não tinha de o fazer na proporção em que o faz, a CPCJ de Chaves ver-se-ia com muitas dificuldades, dado o enorme volume processual e as situações, cada vez mais dramáticas das crianças e jovens do nosso Concelho, pois é a nossa área de intervenção.

A Câmara Municipal demonstra uma forte preocupação social nas situações de menores em perigo e que careçam de proteção. Há uma clara preocupação com o seu desenvolvimento integral, promovendo e protegendo os direitos individuais, sociais, económicos e culturais da criança e do jovem. Assembleia municipal de Chaves em 26 de Abril de 2012. O Grupo Municipal do PSD”.

O Senhor deputado **NUNO VAZ RIBEIRO** do PS que pediu alguns esclarecimentos:

“Este documento não é bem um Relatório de Atividades. Tem considerações que considero genuínas e justas porque de facto, são as Câmaras Municipais que assumem a parte mais significativa das despesas de funcionamento e de recursos humanos das CPCJ's, mas não é aqui dito que processos foram tratados, o seguimento que tiveram, se as crianças foram institucionalizadas, se foram remetidas para o Ministério Público etc.

De atividades propriamente ditas, o Relatório não tem nada. Gostaria de saber se relativamente à CPCJ de Chaves não existe, por parte da Administração Central, alguma comparticipação nas despesas.

Outra questão é que nesta Comissão também participam os recursos humanos de outras entidades, designadamente do Ministério da Solidariedade Social, da Justiça e da Saúde que contribuem com Técnicos na Comissão Restrita. É certo que o papel mais relevante pertence à Câmara Municipal, mas não podemos esquecer o contributo prestado por outras entidades.

O **Senhor Presidente da Mesa** informou que quem deveria ter apresentado o Relatório de Atividades da CPCJ de Chaves era a Senhora deputada Márcia Teixeira, que por motivos profissionais se encontra ausente.

Entendo que as questões colocadas pelo Senhor deputado tem razão de ser, mas a verdade é que estamos um pouco limitados pela razão antes explicitada. O Senhor Presidente da Câmara poderá responder às questões colocadas pelo Senhor deputado?

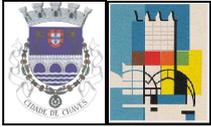
O **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que sem querer imiscuir-se no que é responsabilidade de pessoas concretas, responsáveis pela CPCJ de Chaves, tem conhecimento do Relatório porque o Gabinete da Assembleia Municipal lhe distribui um exemplar.

Efetivamente nesta Comissão participam outras entidades, para além da Câmara Municipal, mas o realce dado é aos recursos humanos e materiais disponibilizados pela Autarquia. A verdade é que em recursos materiais para o funcionamento desta Comissão, desde a sua fundação, existe anualmente uma comparticipação do Estado de cerca de dezassete mil euros.

Da parte da autarquia há uma disponibilização de meios que implica uma comparticipação bem maior num total de cerca de cinquenta mil euros/ano. No entanto considero inquantificável e difícil de valorizar o trabalho e a disponibilidade das pessoas que fazem um enorme esforço para dar resposta a muitas situações, socialmente muito complexas, que são tratadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves. Em nome do Executivo aproveito aqui para deixar sincero agradecimento a todas essas pessoas.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse conhecer pessoas que fazem parte da CPCJ de Chaves, e reconhece que excedem e muito as suas obrigações profissionais, quer na disponibilidade, quer no interesse e na dedicação que colocam.

“O que eu queria dizer é que fosse clara a repartição de responsabilidades, sendo certa que a parte maior cabe à Câmara Municipal, mas não devemos descurar as



participações menores de pessoas de outras instituições, nomeadamente da Segurança Social”.

PONTO 3. - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2011. INFORMAÇÃO Nº. 07/DGF/2012;

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação do Proposta começando pelos resultados.

Os resultados das Contas de 2011 são negativos em valores consideráveis. Há uma explicação para esses resultados que é dada tanto no Relatório que foi entregue a todos os elementos desta Assembleia, e vem na certificação de contas feita pelo Revisor Oficial, onde explica claramente qual é a razão deste resultado negativo que é fruto daquilo que em contabilidade se chama o princípio da prudência.

O executivo fez uma previsão de receita em mais de nove milhões de euros, que não se realizou, passando de receita para cobrança duvidosa; está em litígio no Tribunal há um ano e entendemos inscrevê-la como provisão. Também o diferendo com as Águas de Trás-os-Montes fez com que fossem colocadas as faturas devolvidas nessa mesma situação. Em consequência disso dão este resultado negativo.

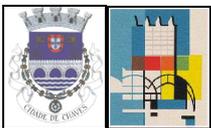
Do ponto de visto económico-financeiro se a Autarquia cobrar o valor em litígio, fica o problema resolvido, se não for cobrado, como já está em resultado negativo não vai influenciar mais as contas. Este resultado negativo, como é calculável, afeta quer o resultado líquido, quer os fundos próprios, o ativo e o passivo. Reafirmo que este resultado não é fruto do exercício económico-financeiro porque esse até foi favorável; se repararam a dívida diminuiu durante o ano de 2011.

As atividades estão enumeradas no Relatório e as Contas têm, relativamente a 2010, uma diminuição da Receita em 2,61% e uma diminuição da Despesa em 3,24%. Nestas Contas é cada vez mais nítido o crescimento da poupança corrente, ou seja: a Receita Corrente deste ano representa 70% da Receita total e a Receita de Capital 30%. A Despesa Corrente representa 55% e a Despesa de Capital 45%; há quatro milhões e meio de euros – 15% do Orçamento – que procede da Receita Corrente e transita para investimento. Também é notório que o património imobilizado da Autarquia cresceu catorze milhões de euros e é perfeitamente clara a capacidade de endividamento do Município. Se o Governo abrir uma linha de crédito para as Autarquias pagarem as dívidas com mais de noventa dias, Chaves tem a possibilidade de se candidatar.

Na questão do endividamento, ao contrário daquilo que foi publicado, erradamente, num Órgão de Comunicação Nacional o Município de Chaves nunca ultrapassou o seu limite de endividamento, conforme se comprova pela leitura dos documentos, nem nunca chegou sequer próximos dos limites legais. O Balanço apresenta um ativo de cento e cinquenta e três milhões de euros e um passivo de oitenta e oito milhões, fruto já do resultado negativo que apresentamos este ano. O passivo não é a dívida. Neste caso o valor da dívida é de quarenta milhões de euros. Os rácios, os quadros e os números dizem claramente que temos uma gestão controlada que permitirá ao Município ter como objetivo, apresentar contas sem dívidas de curto prazo, com mais de 90 dias, até ao final de 2012.

A nossa receita provém: 46% de transferências da Administração Central; 23% de impostos (diretos e indiretos); 1,5%, de multas, taxas, licenças e outras penalidades e 1% da EHATB; a percentagem restante da receita da Autarquia provém de fundos comunitários.

Em termos de análise política esta Assembleia é consciente de que os condicionalismos ao Poder Local tiveram início em 2002, havendo a partir desse ano um decréscimo de transferências previstas na lei. A ANMP tem feito a estatística daquilo que os Municípios perderam e foram muitos milhões de euros de receita. Mas nós temos de fazer a gestão dos recursos que temos e isso leva-nos a tomar uma de duas opções. Ou gerimos para os resultados e acabamos com as dívidas, deixando de fazer determinados



investimentos, ou gerimos para as pessoas e nem sempre isso se compatibiliza com gerir para resultados. Em investimento no desenvolvimento eu refiro concretamente e a título de exemplo, o que temos feito na área da educação, não só na manutenção dos edifícios escolares, como em transportes escolares, refeições etc. Só em transportes escolares a Autarquia faz um investimento médio anual de 700 mil euros e o que recebemos do estado não chega a 150 mil euros; na área da cultura investimos na Biblioteca Municipal, no Arquivo Histórico, no Centro Cultural, onde é feito o ensino da música e outros; na área de desporto investimos em vários recintos desportivos em todo o Concelho; na Ação Social investimos quer em equipamentos quer em ações no terreno; na área do bem-estar hoje todos podemos usufruir de locais aprazíveis, quer no Centro Histórico, quer nas margens do rio Tâmega; apostámos na criação de riqueza e emprego: foi inaugurada, recentemente, uma unidade industrial, no Parque Empresarial, que criou 80 postos de trabalho para pessoas da região e existe a perspetiva de continuar a crescer. Contrariamente ao que aqui foi dito várias vezes por alguns dos Senhores deputados, se não tivéssemos investido no Parque Empresarial, se não tivéssemos feito o acesso, hoje não era possível termos em funcionamento esta e outras unidades que exportam a sua produção.

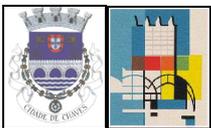
Ao Município não lhe compete construir fábricas, mas sim criar condições para que o investimento aconteça e era justo que aqueles que criticaram agora reconhecessem e dessem valor ao investimento feito pela Autarquia. Vamos continuar a gerir para as pessoas, cumprindo o objetivo de melhorar as suas vidas e vamos apresentar resultados.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que a máxima que o Senhor Presidente da Câmara referiu de gerir para as pessoas devia ser utilizada pelo Governo de coligação que nos lidera para inverter as políticas.

“Estamos a falar numa Prestação de Contas. É certo que números são números. Podem ter leituras diversas, podem ser construídos indicadores distintos, feitos relacionamentos vários, uns com sentido, outros sem sentido. Esta prestação de Contas não é mais do que uma certificação económica da difícil situação financeira que o Município de Chaves atravessa, da fragilidade das suas finanças e da incapacidade manifesta de se assumir como motor de desenvolvimento local e regional. Na verdade a Câmara Municipal de Chaves não revela capacidade política nem económico-financeira para ser o motor de desenvolvimento, o Concelho líder desta Região do Alto Tâmega e Barroso, nem tão pouco para ser parceira em projetos que possam ir para além das meras encenações e dinamismo cultural e económico; que sejam capazes de criar emprego e de gerar riqueza para as pessoas e para as famílias deste Concelho. As Despesas Correntes crescem e o investimento reduz-se, de ano para ano. Quanto aos projetos que têm sido levados a efeito, é muito duvidoso que tenham capacidade para se constituírem instrumentos ou polos de desenvolvimento local e regional e não apenas para criar mais despesa corrente nos próximos anos.

Antes de analisar de forma global a Prestação de Contas, submetida a julgamento desta Assembleia Municipal, permitam-me que faça algumas considerações de enquadramento. Sob o ponto de vista técnico, os documentos estão conforme o enquadramento legal e denotam conhecimento, pelo que temos de reconhecer profissionalismo aos técnicos que o elaboraram e estiveram envolvidos nesta tarefa. O mesmo não se pode dizer relativamente ao Relatório de Gestão; é muito opinativo e denota claramente uma visão algo desenquadrada, com os dados e informações financeiras, económicas e patrimoniais, que resultam dos vários mapas contabilísticos e outros documentos financeiros. Isto resulta da necessidade de tentar desviar a intenção deste Órgão Municipal, mas também dos flavienses, para aspetos mais positivos e, assim, escamotear a situação de fragilidade e desequilíbrio financeiro que o Município de Chaves atravessa.



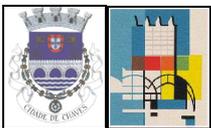
Alguns apontamentos constantes do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicado este ano, mas que se reporta à Prestação de Contas de 2010. O autor é um conceituado economista – Prof. Dr. João Carvalho - professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, contando esta com os patrocínios da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, do Tribunal de Contas, da Universidade do Minho e do Centro de Investigação de Contabilidade e Fiscalidade. Consultando essas páginas chegamos a esta informação. O Município de Chaves é o segundo no ranking nacional com menor grau de receita cobrada, relativamente à receita liquidada. Eu sei qual é a explicação mas isto não constitui motivo de preocupação. O Município de Chaves, dos 308 municípios do País, aparece na quadragésima segunda posição com maior passivo exigível; estamos a falar de dívidas de médio/longo prazo e a fornecedores. Se olharmos para municípios comparáveis com o nosso, os chamados municípios de média dimensão - de entre vinte mil e cem mil pessoas - Chaves aparece na vigésima primeira posição, o que se torna ainda mais preocupante. Segundo os dados publicados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses sobre a análise de Contas do exercício de 2010, Chaves passou de 35.384.653,00€, em 2006, para 45.263.290,00€ em 2010, que significa um aumento de cerca de 9.878.637,00€, o que traduz um aumento percentual de 28%, de 2006 para 2010. Em termos de ranking figuramos no quadragésimo segundo lugar, mas o aumento de passivo, no ano de 2010, comparado com 2009, foi de 4.220.000,00€, equivalente a um incremento de 13%.

A preocupação é ainda mais visível se tivermos em atenção que em 2010 a despesa a fornecedores representava 86,8% do total das receitas arrecadadas. A dívida a fornecedores consumia quase a totalidade de um ano de orçamento. Estamos a falar de 27.234.855,00€, no total de receitas arrecadadas, do ano comparável – 2010 - são 31.362.000,00€. O ano de 2011, como veremos a seguir, é ligeiramente menor. As Despesas Correntes têm crescido, não muito, mas ainda assim, de 2009 para 2010 cresceram; as Despesas de Investimento decresceram. Se tivermos em consideração que em 2009 representavam 14.747.000,00€, no ano seguinte, em 2010, 14.518.862,00€ e em 2011 são 13.384.315,57€. Isto significa que, a cada ano que passa, o investimento no nosso Concelho é menor.

Na execução orçamental, na ótica das Receitas de Capital, o decréscimo tem sido mais notório. As despesas de investimento têm decrescido, mas representam ainda um valor significativo. Nas receitas de capital essa diminuição tem sido ainda mais significativa; passamos de 11.687.000,00€ em 2009, para 8.889.732,00€ em 2011, havendo aqui um decréscimo significativo na capacidade de captação de receitas de investimento. Isso significa que a autonomia financeira do Município é reduzida; as receitas próprias são escassas e cada vez menores.

Pergunto como é que o atual executivo pretende solver os compromissos do Município, nas datas apazadas e, ao mesmo tempo, pretende continuar a fazer os investimentos que se impõem nas infraestruturas viárias, nos equipamentos sociais, desportivos, nas estruturas de promoção e dinamização da economia local e dos produtos locais. Temo que num futuro próximo a Câmara Municipal de Chaves não consiga fazer face a novos investimentos e poderá vir a ter alguma dificuldade em garantir serviços essenciais para a comunidade.

Relativamente à Prestação de Contas, olhando para os documentos em análise, chegamos à conclusão que efetivamente há uma diminuição significativa das receitas. Por outro lado existe uma afirmação recorrente ao dizer-se que há uma poupança nas despesas correntes, que é alocada às despesas de investimento. Isto não é assim tão linear porque se olharmos para os compromissos, que não mais são do que as responsabilidades que o Município assumiu perante terceiros, a verdade é que leva, para o próximo ano o valor de cerca de nove milhões de euros. Eu gostaria de saber desse total qual o valor das despesas correntes, porque se chegarmos à conclusão que parte significativa desses cerca de nove milhões de euros são despesa corrente, então



não existe poupança mas sim um desequilíbrio. O que estamos a julgar é saber se o Orçamento e as Grandes Operações do Plano, que nos foram apresentados para este exercício económico, foram ou não cumpridas; não se pode dizer que foram cumpridas quando a taxa de execução não chega a 50%. Ou houve uma incapacidade na previsão das receitas, calculando o dobro do que foi arrecadado, ou então houve incapacidade na execução. Esta taxa de execução não tem a ver com as regras do Pocal. As regras do Pocal dizem-nos que na previsão de receita, na tal regra dos 24 meses, a margem de erro é pequeníssima. O problema está nos milhões que sempre se colocam na venda de bens de investimento, que teve uma taxa de execução de 0,16%.

O desequilíbrio deste Orçamento tem a ver com a previsão de receitas que nunca se vão realizar. Com a saída da Lei dos Compromissos acredito que o Orçamento para 2013 vai ser diferente do de 2012 e, nessa altura verificaremos que a previsão dos sessenta e três milhões desceram para os trinta milhões de euros.

Quando tentamos explicar conceitos que são orçamentais, que são económicos e que são patrimoniais e os misturamos todos, a Assembleia Municipal fica confundida. Diz-se que o imobilizado cresceu, mas já existia património, entretanto registado e conservado, inscrito no imobilizado; basicamente não houve nenhum incremento. Houve apenas uma alteração daquilo que é o registo contabilístico.

Reconheço que a atitude relativamente à mudança da contabilização de receitas resultantes das taxas lançadas sobre infraestruturas foi boa. De fato, por razões de prudência, que, como sabemos é um princípio contabilístico, foi de bom senso não as colocar na Receita e certamente, isso desequilibró o desempenho económico – financeiro do Município. Em termos operacionais e de exercício económico, mais importante para o Município, em vez de apresentar lucros, é não apresentar dívidas.

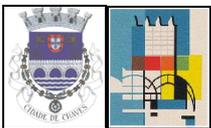
É importante que todos trabalhemos no sentido de efetuar o pagamento de dívidas contraídas há mais de 90 dias, desde a data do vencimento, porque, dessa forma, estamos a dinamizar a economia local; nessa lista das dívidas em atraso, há muitas empresas locais e quando nós (Município) pagarmos a esses empreiteiros e a esses fornecedores, certamente que essas empresas vão pagar melhor aos seus colaboradores, aos seus empregados e aos seus credores.

O documento em análise merece a preocupação de todos porque representa uma tendência. Já toda a gente percebeu que os Municípios vão ter de viver com menos dinheiro e se tiverem de saldar as dívidas em atraso, pergunto o que ficará para fazer novos investimentos. Entendo que para o próximo Orçamento deve ser feita uma redefinição de prioridades”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse parecer evidente, para Portugal, que em termos de gestão dos dinheiros públicos as autarquias têm sido melhor gestoras que os governos centrais e os investimentos feitos têm sido mais eficazes.

“É um facto que a maior parte das autarquias do País estão endividadas e Chaves não é exceção. Penso que isso não é uma questão que não choque ninguém, desde que esses investimentos tenham sido feitos para o desenvolvimento do Concelho e da Região. É também um facto que uma grande parte do endividamento das autarquias, tal como tem sido denunciado pelo Partido Comunista, vem do subfinanciamento e do não cumprimento da Lei das Finanças Locais, fazendo com que as autarquias se ressintam disso.

Há um conjunto de medidas deste Governo, nomeadamente as mudanças dos benefícios fiscais das empresas do interior e seguramente a introdução de portagens que são travões importantes ao investimento. Dissemos na campanha para as eleições autárquicas de 2005, que o tempo de desenvolvimento da região tinha sido mal utilizado, em muitos aspetos por culpa do Governo Central, ao não ter desenvolvido as acessibilidades necessárias e também por projetos locais que, em nossa opinião, não sendo fáceis de criticar, podem não corresponder ao modelo adequado. Dissemos e reafirmamos que, provavelmente, toda a dimensão da Plataforma Logística, do Mercado



Abastecedor e do Parque Empresarial, veio fora do tempo e foi um investimento desproporcionado em relação à realidade e à crise que atravessamos. Entendemos que a instalação de uma empresa com 80 postos de trabalho é um dado muito positivo, mas também é verdade que há municípios aqui ao lado, de muito menor dimensão que o de Chaves, onde existe uma unidade fabril que emprega muito mais gente de que qualquer uma das existentes em Chaves. Sendo positivo esse facto também é verdade que ao longo dos últimos vinte anos, o Município foi pouco capaz em atrair investimento de produção local e isso é válido quer para a anterior gestão autárquica do Partido Socialista, como para a atual do PSD.

São estas as questões que nos devem preocupar; não há saída para o endividamento das autarquias se não se produzirem modificações nas políticas centrais e na Lei das Finanças Locais. O Governo do Partido Socialista assinou um acordo com a Troika e o atual, aparentemente não olha às pessoas e ao desenvolvimento mas, felizmente, a autarquia consegue verbalizar/concretizar que não há só números; há pessoas e há desenvolvimento. O desenvolvimento da cultura, da coesão territorial, é importante e não pode faltar, nos próximos tempos, um forte investimento no apoio social aos idosos. Recordando mais uma vez, o espírito de Abril, não há solução para os idosos das aldeias do interior do País, que não passe pelo envolvimento das Juntas de Freguesia e das próprias populações que têm de se organizar no apoio aos seus idosos. Os modelos que estamos a utilizar, provavelmente, por estrangulamento financeiro, não vão responder à situação.

Eu não sou economista, sou médico e gostava que as Contas fossem fáceis de entender para todos, mas a verdade é que não o são e não posso pronunciar-me tecnicamente sobre elas; são tão complexas, obedecem a tantos princípios, que há sempre uma justificação legal para que ao cidadão comum pareçam absurdas. Possivelmente também foi por causa deste tipo de coisas que chegamos a esta crise. Tem de ser possível encontrar uma contabilidade transparente, mas ao mesmo tempo inteligível para o cidadão comum, onde se possa entender o que se previu, o que se fez e o que falhou. Se assim não for todos têm razão e ninguém tem razão.

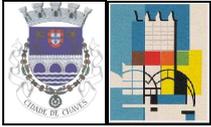
Terminou dizendo que a bancada da CDU se vai abster na Prestação de Contas, ciente de que o Senhor Presidente da Câmara se comprometeu no desenvolvimento que esperamos que continue a aprofundar nos próximos anos porque os tempos que aí vêm são difíceis e o poder central tem de financiar as autarquias e os municípios, de acordo com a Lei”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que o Grupo Municipal do PSD vai votar favoravelmente os documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2011, aduzindo as seguintes razões:

“A composição e ulterior execução dos Documentos Previsionais, exterioriza o desígnio do Executivo Municipal em afiançar e fomentar a continuação dos propósitos que alvitrou, procurando simultaneamente ir de encontro à satisfação das necessidades locais, em matérias tão diversificadas e fundamentais como a Educação, Ação Social, Saúde, Proteção Civil, Atividade Económica em Geral, Habitação, Abastecimento de Água e Saneamento, Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, Cultura, Turismo, Atividades Industriais, Transportes entre outras, traduzidas quer em atividades de natureza corrente, quer em investimentos constantes do PPI.

Parece-nos relevante realçar alguns aspetos principais, relativamente ao Relatório apresentado:

Sublinhar ainda que as contas apresentadas pelo Executivo, e de acordo com a validação externa e independente dos Revisores Oficiais de Contas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no



exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Os documentos apresentados inerentes à prestação de contas relativas ao exercício económico de 2011 traduzem a evolução da posição económica e financeira do Município, demonstrando claramente que o desempenho da atividade municipal sofreu inevitavelmente as consequências da atual conjuntura económica do País, da Europa e do Mundo.

Na **estrutura e execução orçamental**, verifica-se uma execução coerente entre a receita e a despesa, verificando-se também níveis mais satisfatórios na receita e na despesa corrente comparativamente aos resultados na receita e despesa de capital, motivado, em grande parte pela dificuldade de concretização da alienação de alguns bens de investimento, e pela redução de verbas de fundos municipais, os quais contribuíram para o aumento da despesa paga.

Na execução orçamental, regista-se um ligeiro decréscimo, relativamente ao último ano, na execução da receita total e da despesa total, fruto essencialmente do atraso nos reembolsos de verbas provenientes de fundos comunitários, em projetos cofinanciados, pela não concretização da venda da totalidade dos imóveis previstos no orçamento inicial e devido a uma quebra nas receitas correntes.

Verifica-se, ao nível do **equilíbrio orçamental**, a confirmação da manutenção da geração de poupança corrente, não só assegurando o cumprimento do princípio do equilíbrio corrente como também a capacidade, empenho e esforço do executivo municipal na criação de receita própria e sucesso de geração de recursos próprios, apontando os resultados para uma execução equilibrada.

A quebra significativa da receita total (transferências do Estado e Receitas Próprias) influenciou de forma muito visível os resultados apresentados.

Apesar de tudo isso é de reconhecimento público e é de enaltecer a atual gestão municipal que enriqueceu o Património do Município, com o aumento de imobilizações significativas resultantes da conclusão de obras e regularização e registo notarial de bens móveis.

Os limites de endividamento não foram ultrapassados, nem violados, o que mais uma vez demonstra de forma clara e inequívoca a gestão deste executivo municipal. Uma gestão eficaz na assunção de compromissos face à escassez e disponibilidade de recursos.

A análise dos dados contabilísticos e financeiros, não deve e não pode ser feita de forma independente e separada do cenário macroeconómico que o país atravessa, e que por diversas vias condiciona a atividade e atuação do executivo.

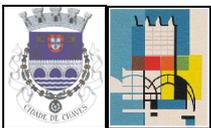
Em função dessa situação económica do País, para a qual e em muito contribuíram os anteriores governos, situação em que se verifica um elevado défice orçamental, fraco incremento empresarial, aumento do desemprego e diminuição da produtividade urge ao município ponderar medidas de contenção de despesa, sem no entanto, condicionar a progressiva melhoria das condições de vida das nossas populações.

Gerir para o bem da pessoa humana, gerir tendo sempre o ser humano como primeiro e último objetivo a atingir, proporcionando-lhe o tão almejado bem-estar económico-social. O bem-estar necessário e suficiente à melhoria contínua da sua qualidade de vida.

Esse é o verdadeiro desafio dos tempos mais próximos que se coloca ao executivo municipal.

Termino Sr. Presidente, Senhoras e senhores deputados, Senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, citando George Marshall:

“Os, aparentemente, pequenos atos que se executam são melhores que todos aqueles grandes que se planeiam”.



O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas sobre o ponto em discussão, agradecendo aos intervenientes as ideias que deixaram nas suas intervenções.

Ao Senhor deputado **Nuno Vaz Ribeiro** disse que este Executivo gere para as pessoas em primeiro lugar mas muitas vezes essa gestão não é compatível com os resultados que são alcançados, pelo menos, no imediato.

Como o Senhor deputado referiu, a criação de riqueza e emprego é muito importante para o concelho. Mas no Parque Empresarial de Chaves não trabalham só os oitenta empregados que mencionei anteriormente. Trabalham lá muitas mais pessoas noutras unidades e, pelo menos quatro dessas unidades, estão totalmente voltadas para a exportação.

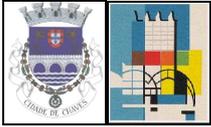
Uma grande parte da intervenção do Senhor deputado reportou-se ao Anuário de 2010 que saiu no passado mês de Fevereiro. Como os documentos em análise são de 2011 há qualquer coisa que não "bate certo". Mas, ainda assim, o Senhor deputado chegou à conclusão que a prestação de 2011 foi melhor que a de 2010.

Quanto às dívidas, existem autarquias que não têm dívidas nas suas contas, mas têm dívidas muito superiores à dívida total da Câmara de Chaves em Empresas Municipais e isso consta dos respetivos anuários.

Das dívidas a fornecedores cerca de 50% resultam do diferendo com a Empresa Águas de Trás-os-Montes, que queremos resolver, não da forma que a Empresa propõe, mas de uma forma justa, tendo em conta os custos de um bem que o Concelho de Chaves tem em quantidade e qualidade. Mas essa não é uma luta só da Câmara de Chaves. É de todos os Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Com a RESINORTE temos um acordo assinado, que está a ser cumprido. Para as restantes dívidas, estamos a colocar no mercado a venda de ativos que nos permitam liquidá-las.

A diferença entre o Orçamento e o cumprimento explicitado no Relatório de Atividades reporta-se à dívida na sua totalidade o que se repercute na Prestação de Contas. Em função da nova realidade macro económica, temos menos recursos financeiros o que nos obriga a redefinir prioridades. Gostava, no entanto, de lembrar ao Senhor deputado que o imobilizado não subiu apenas porque foram registados/conservados imóveis. Isso Senhor deputado é totalmente falso e eu vou explicar porquê. O Centro Escolar não existia e é pertença da Autarquia; os terrenos expropriados para os diversos investimentos, nomeadamente no Parque Empresarial, os terrenos adquiridos ao longo das margens do Rio, os terrenos adquiridos para viabilização da via de acesso ao Centro da cidade, os da Fundação Nadir Afonso etc. custaram ao Município muitos milhões de euros e são propriedade do imobilizado da autarquia. De novo esta Autarquia adquiriu o edifício do Arquivo Municipal, a Casa dos Magistrados, as instalações dos Serviços de Águas, o Auditório do GATAT e o espaço contíguo, as Estações da CP de Chaves e Vidago, os terrenos ao lado da antiga lixeira, o imóvel da Cooperativa onde estão instalados os Serviços Operativos, as antigas instalações da Segurança Social, cinco hectares de terrenos no Parque Urbano Desportivo. Tudo este património foi adquirido e pago por esta Autarquia, e hoje faz parte do Património Municipal. A acrescentar a tudo isto, há um conjunto de investimentos, que fizemos ao longo destes anos, em que muitas obras, cofinanciados por fundos comunitários, o foram a menos de 70%. É o caso do Centro Cultural financiado em 60%; a Biblioteca e o Arquivo Municipal financiados em menos de 50%; as obras de todo o Centro Histórico financiadas em menos de 50%. Isto para não referir as obras que foram executadas sem financiamentos comunitários como por exemplo o Nó de acesso ao Parque Empresarial; vários saneamentos que estão em execução (Abobeleira, Granjinha, Pastoria, Tresmundes, Vila Meã, Vilarinho, France); a ligação do Raio X à Adega Cooperativa; a Estrada da Carreira da Vila; todo o investimento feito na zona industrial da Cocanha; a Estrada que liga Pastoria a Casas Novas; a estrada que liga Redial e



Pereira de Selão; a estrada que liga Vilas Boas e Ventuzelos; a estrada que liga Vilas Boas e Pereira de Selão; a beneficiação da estrada entre Argemil e S. Vicente da Raia; a requalificação de muitas escolas etc. Tudo isto imputa à Autarquia um acréscimo muito elevado de custos que justifica não só a posição em que estamos, como é um sinal de boa gestão, tendo em conta as dificuldades financeiras que estamos a passar.

Sublinho o que o **Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha** disse quando referiu que as autarquias são melhores gestoras de dinheiros públicos do que o próprio Estado. Em Chaves temos um exemplo concreto dessa situação; o Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade e a ampliação/requalificação da Escola Dr. Júlio Martins, em que as obras nesta última importam em mais do dobro do valor gasto na construção do Centro Escolar.

Não apresentei metas de cumprimento e assumo que a execução do que estava previsto ficou abaixo do esperado. Vamos continuar a procurar criar condições para o desenvolvimento do nosso Concelho e garantir mais qualidade de vida às pessoas.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou de novo da palavra para fazer um pedido de esclarecimentos.

“Quando se fala do equilíbrio orçamental em que as despesas não podem ser superiores às receitas, é uma verdade e quando falamos do duplo equilíbrio estamos a dizer que as despesas correntes não podem superar as receitas correntes, o que também é verdade. É verdade também que em quase todas as autarquias o cumprimento do duplo equilíbrio tem sido formal e não real. Se este princípio fosse cumprido não havia dívidas, ou seja: se as despesas previstas pudessem ser satisfeitas com as receitas previstas não havia pagamentos em atraso. Havendo dívidas é evidente que não foi cumprido, materialmente, o princípio do equilíbrio. Relativamente à questão do equilíbrio das despesas correntes, a pseudo poupança de quatro milhões e meio de euros é consumida pelos sete milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil euros que estão em compromissos. E compromissos são responsabilidades assumidas pelo Município, perante terceiros - despesa corrente. Essa poupança não é real porque está inscrita a título de compromisso.

Não compreendi a alusão do senhor Presidente sobre as dívidas das Empresas Municipais e à circunstância de que se forem contabilizadas no perímetro dos Municípios, que a situação económico-financeira fica pior.

Eu entendo o argumento de que não se paguem, na totalidade, as dívidas com data de vencimento superior a 90 dias, sobretudo aquelas que estão em discussão e que representam 50% do total. Mas por que razão não se pagam as outras?

Na questão do imobilizado eu não disse na minha intervenção, que o aumento do imobilizado tinha a ver apenas com a legalização de terrenos. O que eu disse é que se devia, sobretudo, ao seu registo.

Gostaria que os Senhores deputados olhassem para a taxa de execução do Orçamento mas sobretudo para a taxa de execução a nível das Grandes Opções do Plano e do PPI”.

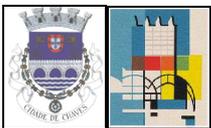
O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões colocadas pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro no seu pedido de esclarecimentos.

Quando se fala em equilíbrio, aquilo que a Lei nos diz é que as despesas correntes não podem ser superiores às receitas correntes.

Os compromissos que o Senhor deputado referiu, há alguns que são anuais, mas muitos são plurianuais, o que significa que a poupança corrente pode não se esgotar toda uma vez porque os plurianuais vão para além de um ano económico.

Quando falei nas Empresas Municipais não me referi à de Chaves. Referi-me a autarquias quem têm Empresas Municipais onde colocam a dívida. Nós não fazemos isso.

Na página 78 do Relatório consta o valor do imobilizado, num total de 220 milhões de euros, o valor das amortizações que é de 78 milhões e as provisões. Tudo somado dá o



ativo. Esta é a nossa estrutura patrimonial. Quanto aos anos anteriores podemos ver no relatório de 2009 que o valor do património era de 197 milhões, em 2010 era de 206 milhões de euros. Quando esta Câmara tomou posse em 2002 o valor do património era de 63 milhões de euros; hoje é de 220 milhões.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – pediu o seguinte esclarecimento.

“O Senhor Presidente da Câmara disse, na linha daquilo que vem defendendo, desde sempre, que o investimento feito pelas Juntas de Freguesia é muito mais reprodutivo e eficiente do que se for feito pela Câmara ou pelo governo central. Esse é um princípio com o qual todos estamos de acordo. É estranho que afirmando isto o não faça na prática. Durante os dois primeiros mandatos fez efetivamente transferências para as Juntas de Freguesia que não têm continuidade nas últimas prestações de contas. Em 2008 foram transferidos para as Juntas de Freguesia 882.000,00€, em 2009 transferiu 993.134,00€, em 2010 transferiu 339.489,00€ e em 2011 transferiu 212.440,00€”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – fez uma interpelação à Mesa.

“O orador anterior para vir a esta tribuna utilizou o pedido de esclarecimento constante no Art.32 do Regimento que diz o seguinte: «o uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida». Isso não aconteceu porque foi feita uma intervenção e não um pedido de esclarecimentos”.

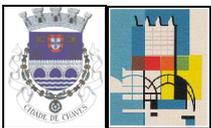
O PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu ao Senhor deputado António Pires de Almeida dizendo que entre 2002, até esta data, a Câmara de Chaves fez Protocolos com as Juntas de Freguesia no valor global de treze milhões de euros, dos quais pagou integralmente os de transferências correntes no valor de cerca de dois milhões de euros e pagou onze milhões e cinquenta e oito mil de Protocolos de investimento. É nosso objetivo pagar durante o ano de 2012 o restante.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse que como o Senhor Presidente da Câmara referiu a execução orçamental de 2011 ficou muito aquém do desejável pelo executivo e isso exprime uma atitude séria e de humildade que louvamos.

“ Efetivamente não podemos admitir, que uma execução de 46% seja uma execução satisfatória. Tenho em meu poder um Boletim Municipal de Dezembro de 2010 no qual o Senhor Presidente fala nos desafios e na necessidade de definir prioridades claras para 2011, ano a que se refere a Prestação de Contas em análise. Nessa altura disse que o Orçamento para 2011 é um grande desafio e daí ser necessário fazer uma redefinição das prioridades. As prioridades que elencou são: reabilitação do edifício do antigo Cine Teatro; reabilitação do antigo edifício do Magistério para criação do Centro de Industrias Criativas; a Pousada da Juventude da Madalena; o Parque de estacionamento no quarteirão da Adega do Faustino; a Fundação Nadir Afonso e o Balneário de Vidago. Estas foram as prioridades então definidas. Hoje o Senhor Presidente e o seu executivo prestam contas em relação ao exercício de 2011, com valores preocupantes e não é descontextualizado que o Senhor deputado Nuno Vaz tenha referido o Anuário Financeiro de 2010 porque as coisas têm um histórico e o que ali está traduzido é uma situação financeira da Autarquia que não nos orgulha, apesar de o Senhor Presidente poder ter todas as justificações para ela.

Nos pagamentos em atraso à data de 31 de Dezembro de 2011, quando confrontado que muitos eram a fornecedores e empresas locais, o Senhor Presidente disse que cerca de 50% se reportam às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Mas o que eu vejo em pagamentos em atraso, em 31 de Dezembro de 2011 é um total de dez milhões, quatrocentos e oito mil novecentos e noventa e três euros, dos quais um milhão quatrocentos e um mil setecentos e noventa e três euros, o que, pelas minhas contas não dá 50%.

O Senhor Presidente falou da nobre intenção de governar para as pessoas e evidenciou a gestão mais eficaz feita pelas Juntas de Freguesia no que respeita a investimentos. Essa é uma razão para se colocar do lado delas e trata-las um pouco diferente. Nesta



Prestação de Contas é apresentado um total de despesas de capital de treze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e quinze euros; deste valor, duzentos e doze mil euros é a quota-parte que foi para as Juntas de Freguesia o que corresponde a 1,5% das despesas de capital. Eu sei que há obras feitas por ajuste direto da Câmara, nalgumas freguesias, nomeadamente saneamento e outras, mas efetivamente investir 1,5% do global da despesa da autarquia parece-me pouco

No que respeita às despesas correntes o total da despesa da Autarquia é de 16.671.396,00€ sendo transferido às Juntas de Freguesia 71.629,78€, que corresponde a 0,43%.

Por solicitação dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, foi facultado um documento sobre a posição financeira do Município à data de 1 Janeiro de 2012. Esse documento, que foi enviado para a Inspeção Geral de Finanças, apresenta um montante da dívida de curto prazo de 20.293.746,00€; a dívida de longo prazo é de 22.002.515,00€ e tem uma dívida de Protocolos com as Juntas de Freguesia de 1.370.683,00€. Perguntamos se esse montante referente aos Protocolos com as Juntas de Freguesia e outras verbas protocoladas com Associações entraram, de facto, no documento que foi enviado à Inspeção Geral de Finanças.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – disse que os documentos em análise obedecem às regras do POCAL, são enviadas até 30 de Abril para a CCDRN, para o Tribunal de Contas e para a Direção Geral do Orçamento e por esse efeito existem todas as garantias de que cumprem essas mesmas regras.

“Quanto à execução do Plano e respetivo Orçamento, o princípio de equilíbrio orçamental foi tido em linha de conta, bem como as respetivas receitas e despesas. É evidente que seria mais benéfico para o Concelho que a realização orçamental da receita do ano económico de 2011, tivesse sido superior aos 46,29%, pese embora ser inferior em relação ao ano de 2010 em 1,1%. Estes valores percentuais de execução refletem também os 14,8 milhões de euros do orçamento da receita que ficaram por cobrar. No âmbito do orçamento da despesa a taxa de execução foi de 46,7%, tendo um decréscimo de apenas 1,79% em relação ao ano anterior. No que respeita às dívidas a terceiros, de médio e longo prazo, onde se inclui a banca, o processo decorre com as amortizações dentro da normalidade e com a consequente redução da dívida. Nas dívidas a fornecedores o Município tem equacionado um processo de amortização utilizando uma linha de financiamento que o Governo vai implementar para as autarquias com vista à liquidação de faturas com prazo superior a 90 dias.

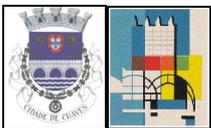
O Relatório de Gestão evidencia também um esforço do Município em relação ao suporte de custos com obras cujos reembolsos das respetivas participações, não foram recebidas em tempo devido; todos sabemos que as obras candidatas são realizadas e o princípio da especialização contabilística obriga a que elas sejam consideradas no ano da sua execução e faturação e não no ano em que são reembolsadas e o resultado só pode ser este.

A capacidade de endividamento de que o Município dispõe, naquilo que é considerado o limite de endividamento municipal, em relação à banca. Isso é bom porque hoje os custos financeiros a pagar à banca seriam, certamente, muito superiores das que vigoram atualmente.

É de louvar o equilíbrio implementado pelo Município em relação à gestão orçamental relativamente ao ano de 2011.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu às questões colocadas.

As despesas correntes para as Juntas de Freguesia foram transferidas através da assinatura de protocolos apenas no ano de 2002. Essas verbas, determinadas em função de áreas, de habitantes, de número de aldeias, etc. foram transferidas nessa altura e a partir daí deixamos de assinar protocolos de transferências correntes, com exceção das que são destinados à transferência de matéria-prima para aquecimentos



dos estabelecimentos de ensino, atos eleitorais, recenseamento e apoio específico e escolas com colaboradores.

Nas despesas de capital o valor dos protocolos estão inscritas na rubrica "Outras Dívidas". Há vários tipos de dívida a fornecedores; as que estão em conta corrente e aquelas que passam para médio ou longo prazo. No contexto global, nos cerca de dezoito milhões de euros, tirando os protocolos para as freguesias e os subsídios, na dívida a curto prazo, oito milhões e seiscentos mil são às Águas de Trás-os-Montes. Mas é preciso lembrar que com a Empresa Águas de Trás-os-Montes, até Outubro de 2009, cumprimos as nossas obrigações e temos um acordo de pagamento plurianual que termina em 2013. O Partido Socialista está determinado a falar no ano de 2010, mas o que está aqui em discussão é 2011. A Senhora deputada referiu as obras mencionadas no Boletim Municipal de Dezembro de 2010. Essas obras são na sua maioria financiadas pelos fundos comunitários e há três fatores que durante o ano de 2011 foram nefastos para a sua execução. Um deles vem do anterior Governo que, como sabem, além de enviar para Bruxelas um Manual de utilização com mais de seiscentas páginas, quando a média enviada pelos outros países foi com oitenta, permitiu que atrasassem algum tempo os Regulamentos Comunitários. Mas o maior óbice foi a mudança de Governo porque os serviços pararam, nomeadamente a CCDRN que ainda hoje não funciona em pleno e dependendo nós de financiamentos externos, não podemos avançar sem que haja regularização de processos. Por essa razão é que essas obras não tiveram oportunidade de avançar no terreno em 2011, devendo, parte delas, avançar em 2012. A Fundação Nadir Afonso como é gerida diretamente de Lisboa, através do Programa Operacional de Valorização do Território, avançou; o mesmo aconteceu com o acesso ao Centro da Cidade, a partir do Nó da Auto-estrada que já estava em obra, este gerido na CIM-TM.

Tenho em meu poder o gráfico com os valores recebidos de fundos comunitários desde 2002 até 2011; o melhor ano foi 2007 e de 2011 para 2012 desceu vertiginosamente. Isso significa que a descida de receitas de fundos comunitários foi substantiva porque muitas das obras que estavam para ser executadas por fundos comunitários em 2011, não foram para o terreno.

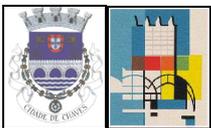
RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – perguntou sobre a questão das verbas das autarquias relativamente aos Agrupamentos.

"Havendo escolas com algumas dificuldades, mesmo para despesas correntes, gostaria de saber se essa situação é para solucionar e se os respetivos valores estão incluídos no Relatório de Contas".

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu não saber concretamente a situação a que o Senhor deputado se refere.

Disse que tem reunido com os Senhores Diretores dos Agrupamentos e nunca nenhum lhe colocou esse problema. A Autarquia presta apoio às atividades extracurriculares quer no pré-escolar quer no 1º. Ciclo, com 6,00€ por aluno e 2.500,00€ por Agrupamento. Às Escolas Secundárias e à Escola Profissional a Autarquia apoia com 1.500,00€ para atividades extracurriculares. Além disso apoia auxílios económicos diretos, nomeadamente àqueles alunos que nos são indicados como tendo maiores dificuldades económicas; a esses não só têm damos refeições gratuitas como têm ainda 70,00€ para material escolar. Os que têm o escalão B têm 35,00€ e são centenas os alunos do Concelho que estão nestas condições.

Para além disso garantimos ainda as refeições e a limpeza das escolas. As refeições são pagas aos Agrupamentos de acordo com o seguinte princípio: Escalão A tem refeição de graça; Escalão B paga metade e quem não tem qualquer escalão paga 1,58€ que é o valor da refeição. A limpeza é em função do número de alunos que tem cada turma; começa em 275,00€ para turmas até 25 alunos e vai até 320,00€ se a turma tem mais de 25 alunos. Os auxílios económicos diretos são pagos metade no início do ano escolar e a outra metade em Fevereiro seguinte; os restantes auxílios são



pagos conforme os Agrupamentos vão conversando com a Autarquia, em função das suas necessidades. As atividades extracurriculares são todas pagas no terceiro período porque é nessa altura que grande parte delas se realiza.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 83 votos a favor, 13 abstenções (9 do PS 3 da CDU e uma do CDS/PP e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia Municipal, a pedido do Centro Social e Paroquial de Chaves, da realização de uma caminhada “Marcha Solidária” no sábado dia 19 de Maio pela manhã, a favor da luta contra o cancro da mama.

PONTO 4. - PLANO DE LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO NOS TERMOS DA LEI Nº. 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO. PROPOSTA Nº. 50/GAPV/2012.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – antes de entrar na apresentação da Proposta justificou a ausência do Senhor Vice-Presidente da Câmara – António Cândido Cabeleira - que teve de se deslocar para um Conselho Geral da Escola Dr. Francisco Carneiro.

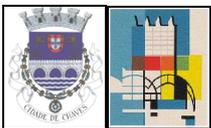
Em seguida disse que a Proposta em análise se baseia no princípio da prudência. Temos a convicção de que vamos poder liquidar as dívidas até ao final do ano mas, por virtude da publicação de uma Lei, que ainda não foi regulamentada, prevê-se que os Municípios tenham de apresentar um Plano até dez anos. Nós apresentamos em cinco anos. A justificação para esses valores baseia-se, essencialmente em dois fatores. O primeiro diz respeito aos acordos de pagamentos que temos e que vão incidir sobre esse número de anos e a segunda é a maturidade das faturas. Este Plano é mais por prudência porque estamos convictos que vamos pagar antes.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que esta Proposta tem a ver com a publicação da Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro – A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

“Eu não recebi, a indicação, de forma analítica, quais são as dívidas que existem, por fornecedor, por montante, por natureza e qual é a expectativa do seu pagamento no calendário dos próximos cinco anos.

O art.º 16 da referida Lei impõe a obrigação para as entidades com pagamentos em atraso – há mais de 90 dias – e penso que a 31 de dezembro de 2011, o montante do Município de Chaves era de 10.455.657,83€. Desconhecemos em concreto qual o atraso que existe. Sabemos sim que esta situação prejudica gravemente a economia local, a iniciativa privada, as famílias e, neste momento, seria desejável que a Autarquia se assumisse como motor de desenvolvimento e não como uma entidade que consome recursos públicos. Temos uma autarquia que sob o ponto de vista económico e financeiro está incapaz de honrar tempestivamente os seus compromissos.

Esta Proposta não representa um verdadeiro Plano de Liquidação, pela minha interpretação do art.º 16 da lei 8/2012 que, nalguns aspetos, ainda não está regulamentada para as Autarquias Locais, e embora a ANMP tenha outro entendimento, a generalidade é que efetivamente a Lei dos Compromissos estará em vigor, com exceção dos aspetos que falta regulamentar. E isto não é um verdadeiro Plano de Liquidação porque a única coisa que nós sabemos é que se diz que os pagamentos em atraso serão feitos nos próximos cinco anos. A regra geral do diploma é de cinco anos, que em situações excecionais passará para dez. A regra é permitir que os municípios façam o seu Plano de liquidação – que não é um acordo de pagamentos – mas sim um ato individual. No caso do Município de Chaves que diz que«nós sem consultar os credores, entendemos vamos pagar a dívida em atraso nos próximos cinco anos e entendemos pagar nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, estes montantes». Para que este fosse verdadeiramente um Plano de Liquidação esta Assembleia Municipal devia ter uma base analítica com a identificação dos credores, a natureza da dívida, a data do vencimento da mesma, o volume de dívida por credor, bem como a indicação do montante a pagar e a data prevista em que se propõe fazê-lo. Esta



Assembleia Municipal desconhece igualmente quais foram os critérios que estiveram, na base desta calendarização. O desejável é que tivéssemos acordos de pagamento para tudo, embora entenda que isso será difícil. Desconhecemos o estudo financeiro que foi feito para chegar a esta proposta mas acreditamos que ele existe e sustenta a calendarização dos pagamentos propostos nas datas previstas; nessas datas a Autarquia disporá de fundos para pagar essas responsabilidades financeiras, sem prejudicar os compromissos assumidos em momentos posteriores. Como acreditamos que efetivamente o princípio da prudência será realmente cumprido.

Por que razão se avança para um Plano de liquidação e não se avança antes para acordos de pagamentos negociados? Este Plano não significa que os credores se conformem com ele; significará que qualquer credor pode, a todo o momento, instar a Câmara judicialmente e obriga-la a pagar, deixando este Plano de liquidação absolutamente descontextualizado. Este Plano financeiro é importante para os municípios e vai-lhes permitir poderem continuar a funcionar; se assim não fosse as autarquias teriam de vender ativos ou então teriam de parar completamente.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, dizendo que, sem colocar em causa os princípios jurídicos invocados gostaria de esclarecer o seguinte:

Objetivamente temos acordos efetuados com alguns credores, que incidem em diversos anos e estão devidamente contabilizados nesta Proposta, de acordo com o Plano organizado nos Serviços da Autarquia. O facto de excepcionalmente poder ser a dez anos, nós optámos por aquilo que a lei diz e o facto de a legislação não estar regulamentada na sua totalidade, não significa que a Câmara de Chaves, não tenha vindo a fazer, desde Janeiro, preventivamente esse trabalho e este Plano vem agora, desta forma, por uma questão de precaução. Só seríamos obrigados a fazê-lo, com todos os dados analíticos, a partir do momento em que estivesse regulamentado. Se isso acontecer e não tivermos outra forma de liquidar as dívidas que não seja por virtude da implementação deste Plano, vamos aguardar pelas orientações da ANMP. Se o Plano tiver de ser implementado, os dados analíticos a que o Senhor deputado se referiu, virão a esta Assembleia Municipal para tomar conhecimento a quem se paga, como se paga e quanto se paga.

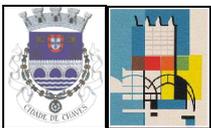
Posta à votação a Proposta foi aprovada com 87 votos a favor, 13 abstenções (6 do PS 3 da CDU e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto em nome do Grupo Municipal do PS: “ percebendo a necessidade de apresentar este Plano de liquidação, o nosso voto de abstenção tem duas ordens de razões. Primeiro porque só há Planos de liquidação para quem tem pagamentos em atraso. Segundo como não tivémos a informação analítica que era desejável para perceber se o estudo financeiro mereceria a nossa aprovação”.

PONTO 5. - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. INFORMAÇÃO Nº 5/DGF/CS/2012.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que o enquadramento para esta Proposta está feito no ponto anterior, mas este ponto vem a esta Assembleia também por precaução.

De acordo com a lei que se prevê que venha a ser aprovada, obrigará a vir a este Órgão autárquico toda a despesa plurianual. Para que a Autarquia não fique obrigada a reunir a Assembleia, de cada vez que faça uma adjudicação plurianual é feito um pedido genérico de autorização, obrigando-se a Câmara Municipal a trazer a este Órgão a lista dos compromissos que assumiu plurianualmente, caso a lei venha a ser publicada.



DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.T. GONÇALVES do PS – usou da palavra para dizer que esta proposta lhe suscita todas as dúvidas, não só politicamente, mas também juridicamente.

“Se o executivo por várias vezes tem querido reforçar com a Assembleia Municipal, competências suas, nesta questão em concreto, a coberto de qualquer lei que o permita, vem pedir à Assembleia que lhe sejam retiradas competências. Isto porque saiu recentemente uma Lei – ainda a regulamentar - que diz que a Autarquia para realizar determinado tipo de negócios/transações, desde que sejam plurianuais, têm de tem de solicitar autorização da Assembleia Municipal. A proposta para a regulamentação desta Lei já existe e nela esse poder não é retirado à Assembleia Municipal. Isto significa claramente que o espírito do legislador e o que a lei pretende impor é um reforço das competências de controlo deste Órgão, e uma obrigação ao executivo de trazer aqui esses assuntos.

A Proposta em análise vem no sentido de que a Assembleia abdique de exercer este direito e este dever que uma Lei acabada de aprovar nos impõe. Eu não concordo com ela e vou votar contra, caso o Senhor Presidente não me esclareça convenientemente.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu à Senhora deputada Brigitte Bazenga, dizendo que pedindo apenas esclarecimentos proferiu afirmações muito redundantes.

A obrigatoriedade de autorização para realização de despesas plurianuais já existia antes da saída desta Lei e se quiser recordar vieram a esta Assembleia vários pedidos nesse sentido, nomeadamente alterações orçamentais. Mas se não for aprovada esta autorização genérica, cada vez que a Câmara Municipal adjudicar uma obra, com uma despesa plurianual de 100 mil euros (a Assembleia custa anualmente 60 mil) e se fizer o dobro das sessões fica mais dispendioso reunir a Assembleia do que autorizar previamente a obra. Entendo que a Assembleia Municipal, como Órgão soberano, deve ajuizar se vale a pena reunir de cada vez que se pretende adjudicar uma obra. O que está aqui em causa não é retirar poderes à Assembleia Municipal mas sim facilitar os processos de adjudicação de obras.

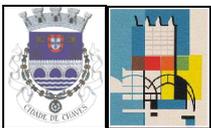
DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.T. GONÇALVES do PS – disse achar curioso que numa Assembleia onde já foi invocado por diversas vezes o estado de direito democrático e o “25 de Abril”, se diga agora, com esta leviandade, porque é mais barato e mais fácil, não vamos cumprir a Lei.

“Provavelmente o Decreto-Lei que está para sair poderá vir a satisfazer a sua pretensão, mas neste momento ainda não tem lei habilitante para transferir competências. O Executivo apresenta uma Proposta, cujos efeitos pretende que se retroajam a 22 de Fevereiro e pede a esta Assembleia que aprove um documento que não tem o mínimo de rigor nem cabimento legal e, coincidência ou não, verifiquem quem assina esta Proposta. A questão é que se esta Proposta for aprovada, desta forma, pode sujeitar-se a que cada transação que for feita nestes moldes fique sujeita a um pedido de impugnação porque, efetivamente, não é legal”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu à Senhora deputada dizendo:

Primeiro: o que está aqui em causa não é um pedido do Presidente da Câmara, mas sim o facilitar a vida às pessoas.

Segundo: na qualidade de Presidente da CIM, coloquei esta questão na última reunião realizada em Vila Flor e depois de alguma discussão todos aceitaram porque entenderam que esta seria uma situação possível. Os juristas que se pronunciaram sobre esta questão entenderam que seria possível e quem sou eu para não cumprir uma Proposta feita por juristas. Neste caso, sob ponto de vista do direito administrativo, ninguém porá em causa a capacidade do Dr. Marcelo Delgado que dá formação por esse País fora; não estou a ver que o Senhor Dr. Marcelo sancionasse uma questão que achasse juridicamente incorreta. Há a confiança em alguém que conhece o direito e avança com esta proposta.



Não estou aqui a discutir as razões jurídicas que a senhora deputada apresentou; entendo que esta é uma questão de senso comum e o melhor para o Município.

Nas Assembleias Municipais, que genericamente decorrem nesta altura haverá em todas esta solicitação.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 85 votos a favor, 2 abstenções do PSD e 9 votos contra (6 do PS 3 da CDU. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6. - APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CHAVES. PROPOSTA Nº. 43/GAPV/12.

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que este assunto já foi objeto de discussão em sessões anteriores deste Órgão.

A Lei que regula esta matéria foi publicada no dia 10 de Fevereiro de 2012, e em função dela foi feito o presente Regulamento para a criação do Conselho Municipal de Juventude que vem a esta assembleia Municipal para aprovação.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

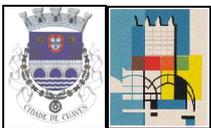
JORGE MANUEL FRANÇA DOS SANTOS do PSD – disse congratular-se, enquanto cidadão e profissional que se dedica à infância e juventude, pelo facto de este Regulamento ter vindo a esta Assembleia Municipal e poder ser recriado o Conselho Municipal de Juventude.

“Esta foi uma das minhas primeiras preocupações como deputado deste Órgão, e nessa altura, fiz uma proposta para que se envolvessem mais os jovens na discussão política porque entendo que é uma medida para promover a cidadania. Nessa altura lamentei as dificuldades existentes, do ponto de vista legal e parece que foram agora colmatadas. Gostaria de referir o preambulo e ler o seu objetivo....«O Conselho Municipal de Juventude de Chaves, porquanto se pretende que este Órgão consultivo melhor identifique a aspiração dos jovens e ajude a promover soluções otimizadas para alguns dos seus problemas, promovendo a sua participação cívica. Nesta prestativa e sendo este um Órgão consultivo, o Município de Chaves aprofunda a democracia participativa, estimulando a cidadania ativa dos jovens, no delinear da política autárquica da juventude».

Para mim, esta é a melhor manifestação escrita, no espírito da lei, que podemos celebrar o 38º oitavo aniversário do “25 de Abril”. Por uma questão de coerência tenho de hoje dizer aqui que muitas das atitudes do atual governo me deixam perplexo porque são contrárias ao espírito da Social-democracia como eu a entendo. Como tal tem de começar a haver uma mudança de paradigma em cada um que vem aqui fazer política e não seja apenas partidário mas sim autêntico com os seus princípios e os seus valores.

Quando o Regulamento diz que este Conselho deve promover relativamente à juventude, políticas setoriais ou de complementaridade nas áreas do emprego e formação profissional. O atual Governo da Nação, talvez em consequência de parte das políticas anteriores, está a promover o desemprego e a afetar os direitos dos trabalhadores e eu sou, antes de mais, um trabalhador. Relativamente à habitação cada vez mais as pessoas têm dificuldade em manter os seus compromissos; na educação as dificuldades são cada vez maiores e a escola pública, tal como a saúde, sofre imenso com a política deste Governo que eu ajudei a eleger. Em relação ao desporto gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara quando poderemos dispor de umas piscinas cobertas e com água quente, com maior qualidade de equipamento. Pergunto isto porque eu promovo, dentro das minhas competências profissionais, como primeira opção a natação, para reabilitação.

Em relação à saúde hoje os jovens não têm capacidade de ter hoje um cardiologista quando dele necessitam. O Senhor Presidente da Câmara disse aqui que colocou a questão da cardiologia e da Urologia do Hospital de Chaves, na ARSN; esta situação é



muito grave para os doentes do Alto Tâmega. Há homens com tumores prostáticos graves que estão a ser muito mal seguidos e há outros com séria suspeita e não têm acesso ao sistema nacional de saúde e é isto que temos de dizer aos jovens.

Em relação à parte social fui contestatário do Governo anterior e não posso deixar de dizer que espero não ter de vos vir aqui chocar, com outra intervenção, se continuar a ser recusado o transporte de crianças que eu acompanho desde que nascem, mas que têm incapacidades reconhecidas (alguns até 92%), com risco de vida diário e que não pode viajar em transporte público. E este Governo, seguindo as políticas anteriores faz com que tudo continue a ser muito difícil no campo da saúde.

Sobre o Regulamento em análise, no seu art.º 6º diz que podem estar no Conselho Municipal de Juventude elementos de diferentes credos religiosos. É evidente que deve ser assim, mas deve ficar nem explícito e que eu saúdo, dentro do princípio da multiculturalidade, que defendo veemente. Parece-me haver uma ausência no art.º 14º; este artigo no seu ponto dois diz:.. «os restantes membros do Concelho Municipal de Juventude, apenas gozam, dos direitos identificados na al. a) e) e f) do número anterior e eu não vejo a al. f) constar do ponto 1. O ponto 1 refere-se aos direitos dos membros da Comissão do Conselho Municipal de Municipal Juventude. O art.º 19º refere fala também no Regimento da Comissão Municipal da juventude do Concelho de Chaves. Não está nada dito para trás como é feito esse Regimento, mas presumo que será feito de modo similar”

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.T. GONÇALVES do PS – disse que a sua intervenção se complementa num comentário feito na intervenção pelo deputado que a antecedeu.

“Louvo a resposta da Câmara Municipal, em função da legislação publicada, àquela que é uma aspiração da juventude de Chaves. A criação deste Conselho, com o regime que esta lei lhe confere, permite a participação democrática, dos jovens, na vida política do Concelho. Neste últimos dez anos os jovens que habitam no Concelho de Chaves estiveram, deliberadamente, privados da sua participação por inércia e por ineficácia da Câmara, porque se tivesse havido vontade democrática e política, de participação, não seria necessária uma lei que impusesse a criação de um Conselho, para que esse Conselho Consultivo existisse; já existiu em temos, está inativo suponho que desde 2004/2005. Com a saída de legislação específica, finalmente a Juventude do Concelho de Chaves tem o espaço próprio para a realização da sua participação democrática”.

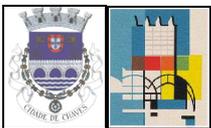
MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que a sua bancada saúda a criação do Conselho Municipal de Juventude.

“É o conteúdo real desse Conselho é que é indispensável para que se crie opinião, informação, pressão, para que haja uma política diferente para a juventude.

Quero saudar o Senhor deputado Miguel França, pela coragem e frontalidade com que expressou as suas opiniões, que são um fortíssimo ataque às políticas do Governo do PSD e nós registamos o nível a que já vão as consequências dessas políticas.

Reafirmo a questão que levantei e que tem a ver com a responsabilidade dos autarcas, continuando a CDU está disponível para questionar políticas e medidas do Governo sobre saúde, que estão, efetivamente, a prejudicar a região; as questões que o senhor deputado Miguel França levantou sobre o transporte de doentes são uma batalha firme da CDU nos últimos anos. Foi a CDU que em Janeiro do ano passado em Vila Real fez a primeira denúncia nacional do que foi uma medida do Governo do Partido Socialista, mas que este Governo ainda não corrigiu.

A questão da Urologia é muito séria e nós temos vindo a desafiar os autarcas dizendo que é necessário tomar posições públicas firmes e fortes. Não é apenas conversar com o Presidente da ARSN mas muito mais do que isso. É um novo levantamento do caderno de encargos sobre saúde e ter a coragem de tomar posições políticas firmes e não modificar as atitudes porque agora o Governo é do PSD e antes era do PS. É necessário voltar a levantar a voz na questão da saúde que vai muito para além da existência, ou não, do Centro Hospitalar; tem a ver com os conteúdos reais da saúde e,



nomeadamente com a questão do transporte de doentes e da Urologia que são questões muito sérias”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA – respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados sobre a Proposta em discussão.

Ao **Senhor deputado Jorge França** informo que tomamos nota da questão da al. f) do art.º 14º do Regulamento que será, certamente um lapso de redação.

Neste momento dado que a construção de novas piscinas municipais implica um enorme investimento, para além de não ter sido autorizado para o local pretendido pela Autarquia, o objetivo do Município é fazer uma intervenção nas atuais de modo a que possam dar uma resposta mais adequada, introduzindo novos sistemas de aquecimento e outros equipamentos mais modernos e eficazes. Está a ser elaborado o respetivo projeto para a sua modernização. Agradeço ainda a forma aberta do Senhor deputado na sua intervenção.

A **Senhora deputada Brigitte Raquel** disse e muito bem que esta não é a criação, mas sim a recriação do Conselho Municipal da Juventude, mas lembro que os jovens de Chaves nunca foram impedidos de participar na política ativa, independentemente de haver ou não Conselho. E houve muitos que participaram, participam e trabalham e nunca necessitaram de nenhuma Lei, nem de nenhum Regulamento para o fazer, o que é muito apreciável e importante.

Ao **Senhor deputado Manuel Cunha** devo dizer que o Governo, neste momento não é do PSD mas sim do País. Aliás qualquer Governo depois de eleito é um Governo do País e não de um Partido.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguinte imediato.

PONTO 7. - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS ADMINISTRATIVAS DEVIDAS PELA APRECIÇÃO DE PEDIDOS DE LICENCIAMENTO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS DE NATUREZA COMERCIAL, BEM COMO PELA EMISSÃO DO RESPETIVO DE ALVARÁ DE LICENÇA; - ARTIGO 25º, DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 38/GAPV/2012.

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que na última Assembleia, aquando da aprovação das taxas de publicidade, não veio a isenção da taxa que se paga pela apreciação de um pedido para saber se está ou não isenta do pagamento da taxa de publicidade.

De facto havia pessoas que pagavam uma taxa para analisar o processo, resultando daí a isenção ou não do pagamento da taxa de publicidade. O quem hoje vem a esta Assembleia Municipal é uma alteração ao Regulamento que permita isentar também a taxa administrativa de apreciação do pedido.

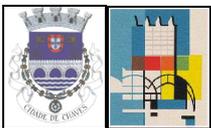
Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguinte imediato.

PONTO 8. - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ALIENAÇÃO DO PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES. PROPOSTA N.º 39/GAPV/2012.

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que os três regulamentos respeitantes aos pontos 8, 9 e 10, têm uma sequência, mas são diferentes.

O Regulamento a que se refere o Ponto 8 é uma atualização em função da legislação entretanto publicada, que altera o anterior. É também uma questão de flexibilização relativamente à realidade atual, que é diferente da existente à data da aprovação do Regulamento anterior; isto porque quando o primeiro Regulamento foi aprovado não existia a A24 até à fronteira de Vila Verde da Raia nem a A75 até à A52

Esta realidade diferente obriga a que façamos esta alteração que se prende com a baixa dos tetos mínimos que havia pelo valor do metro quadrado. Se antes havia um



valor por metro quadrado único, agora o preço por metro quadrado varia em função da quantidade de metros quadrados adquiridos; quem adquire mais de x metros paga um preço menor por metro quadrado, conforme consta da tabela anexa à Proposta em análise. Existe ainda a permissão da locação que antes não havia.

Terminou pedindo a aprovação das alterações verificadas e anteriormente explicitadas.

Usaram da palavra, para discussão deste ponto, os seguintes deputados:

BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.T. GONÇALVES do PS – disse não ter entendido se a apresentação feita pelo Senhor Presidente da Câmara se referiu aos três Regulamentos em discussão ou apenas ao presente.

“Do meu ponto de vista, a vinda destes Regulamentos à Assembleia Municipal, evidenciam que a Plataforma logística e o Parque de Atividades de Chaves possam não ser o elefante branco que alguns por aí dizem mas também não o sucesso desejável porque senão não estávamos aqui a discutir estes regulamentos que denunciam que existem dificuldades em vender, que é preciso agilizar os mecanismos para termos mais atratividade, na instalação de empresas. Tudo isto consta dos considerandos e com isso estamos a reconhecer que algo não correu bem até aqui. Certamente os preços estavam algo elevados, a capacidade de atratividade era reduzida, e havia uma série de coisas para alterar. Vêm agora para ser retificadas, embora, do nosso ponto de vista, esta diligência já se impunha há muito tempo, até porque desde 2008 em que a crise se agudizou.

A Proposta de alteração de alienamento do Regulamento do Parque de Atividades de Chaves e a Proposta de alteração ao Regulamento da Plataforma Logística, ambas levantam uma questão que me suscita dúvidas quanto a transparência.

No Ponto 9 – Proposta de alteração ao Regulamento do Parque de Atividades nada a questionar; quanto ao Ponto 8 e 10 o nº 3 do art.º 10º diz o seguinte: «Procedimento Prévio à Contração». Quando razões de interesse público relevantes, o justifiquem, pode adotar-se a figura do ajuste direto, para a constituição de direitos sobre lotes, e com caráter excepcional ao regime previsto no número anterior. Todos sabemos o que é o ajuste direto, sabemos o que são exceções à regra – isto é uma exceção à regra – mas não sabemos o que é o interesse público relevante; é um conceito abstrato que eu não sei se o Município já o concretizou ou tem intenção de o concretizar. Nessa medida, por questões de transparência e de outras coisas, que estão na ordem do dia eu pergunto se há, de facto, critérios definidos para que o executivo possa, com rigor, julgar o que é interesse público relevante, ou se isto é tão arbitrário quanto me parece. Do esclarecimento desta questão vai depender o meu sentido de voto.

A questão que estou a levantar quanto a este documento é precisamente a mesma que coloco quanto ao regulamento da Plataforma Logística (Ponto 10 da Ordem de Trabalhos) no seu art.º 5º, nº. 2”.

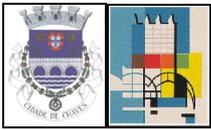
ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS do PSD – usou da palavra para dizer o seguinte:

“É reconhecida uma certa unidade de problemas estruturais no que se refere ao interior do país:

A falta de sensibilidade para questões agrícolas, envelhecimento demográfico e êxodo populacional, constituem exemplo desses problemas, que com maior, ou menor gravidade, surgem como indissociáveis do território a que me referi.

Relativamente ao último aspeto – o êxodo populacional ou êxodo rural – verifica-se através de motivações subjacentes, como: a realização de aspirações e modelos de vida, no exercício de comparação com outros, na escola, através os conteúdos programáticos, no funcionamento do sistema escolar, que cada vez mais obriga as crianças da mais tenra idade a criar hábitos de consumo urbano, difíceis de concretizar nos meios mais desfavorecidos.

Diretamente estas regiões perderam oportunidades de emprego, os setores do mercado de trabalho deixaram de estar á altura das expetativas dos pais e dos alunos, as oportunidades são procuradas no litoral e nos grandes centros urbanos. Isto significou



que as regiões do interior sofreram a drenagem dos seus melhores meios, logo levaram as pessoas e os seus rendimentos. Sofreram da **entropia**, isto é: foram-lhes retirando sempre o que de melhor tinham.

No plano demográfico houve e continua a haver uma redução da população residente, provocando o maior desinvestimento. O envelhecimento reduziu a atividade produtiva, a área de incultos aumentou, reduziu-se a qualidade e a quantidade de mão-de-obra, deixou de haver uma continuidade nas explorações agrícolas, a situação das pessoas da 3ª idade tornou-se mais vulnerável, a saída de homens, principalmente, por força do desemprego no nosso país cresceu e deu-se a feminização da agricultura em alguns casos.

No plano económico, deu-se a desvitalização dos meios rurais, deu-se uma paralisia do investimento produtivo, deixou de haver diversificação das economias locais, houve desinvestimento em nome de argumentos economicistas e o estado foi-se demitindo.

No plano social, deu-se a desvitalização da vida de ralação, degradou-se o ambiente e isto delimitou o potencial turístico, desvitalizou-se a cultura local, sofreu o contato das outras culturas e, em alguns casos, perdeu-se a própria identidade.

No plano político, diminuiu o peso eleitoral, perdeu-se a força política, o contributo do PIB é muito reduzido, logo a perda de capacidade reivindicativa, logo a perda de influência.

Todos os aspetos que acabei de referir têm um carater sistémico da vida social, porque eles estão intimamente ligados: a multiplicidade de efeitos e o seu cruzamento, geram sempre outros efeitos.

As condições económicas, as condições de mercado, o escoamento de produtos, os preços, as acessibilidades, a procura e a oferta são, inequivocamente, influenciadas de fora para dentro, são entidades integradas, logo é preciso avaliar e corrigir os aspetos que possam potenciar os recursos já existentes, concomitantemente com a aplicação da legislação em vigor. É necessário, portanto, fazer ajustamentos muito significativos, de forma a adequar o Regulamento de alienação do Parque de Atividades de Chaves à presente situação.

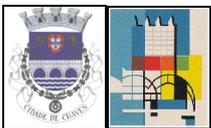
Sabemos que os grupos, as organizações e associações de interesses específicos se vão multiplicando nas grandes cidades. No interior, porém, tais estruturas socioprofissionais escasseiam e não emergem facilmente, apesar de haver, nalgumas zonas, um dinamismo apreciável que às vezes não é correspondido. Sabemos que o interior conhece desde há muito tempo processos de rarefação humana e de desvitalização económica, social e política. Sabemos....

Assim, sendo conhecedores das dificuldades de atrair pessoas e os seus investimentos na nossa região, o executivo camarário, apresenta a esta Assembleia uma proposta de alteração ao regulamento de alienação do Parque de Atividades de Chaves, a qual aprovaram por unanimidade e nós Grupo Municipal do Partido Social democrata apoiaremos na votação, dado que esta proposta encerra um conjunto de alterações que vão desencadear mecanismos de atratividade e novos investimentos, rentabilizando melhor um espaço de excelentes condições infraestruturais e uma aposta na criação de novos postos de trabalho, numa altura de desaceleração da economia nacional.

Potenciar o investimento nacional e estrangeiro, comercializar mais produtos alimentares e a possibilidade de alugar outros espaços, nomeadamente para atividades agroalimentares são possibilidades reais e concretizáveis num curto espaço de tempo.

O investimento já realizado pela empresa portuguesa Pastel Nor e pela espanhola Halago, no valor de 12 milhões de euros dá-nos essa capacidade de continuar a sonhar com um grande parque empresarial.

Temos consciência da grave crise social e económica que a todos nos afeta, mas apesar de tudo, nesta fase, a Câmara Municipal, não quer ganhar dinheiro, pretende apenas incentivar à criação de emprego, ao investimento na região, que venha a



contribuir para o aumento da riqueza e que os empresários assumam o compromisso da valorização dos investimentos realizados.

Os preços a vigorar na alienação e/ou locação, expressos nesta proposta em discussão, serão certamente apetecíveis e a capacidade empreendedora dos investidores se encarregará de dar ao Parque Empresarial de Chaves a dinâmica que merece e será dado o devido reconhecimento aos que ousarem projetar este concelho em termos de futuro.

Os fundamentos e os pressupostos desta minha apresentação são os mesmos para as duas propostas seguintes”.

Terminou a sua intervenção dizendo que os preços ainda a vigorar eram de 25 euros o m², através da presente proposta esses preços vão ter uma diminuição que varia entre os 50 e os 80%.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que a intervenção do **Senhor deputado José dos Santos** fez uma contextualização profunda, devidamente estudada da situação e não teve necessidade de voltar ao ano de 2010.

À Senhora deputada **Brigite Raquel** disse que quando foi construído o Parque Empresarial, nas suas três valências, foram aprovados Regulamentos que permitiram a sua imediata utilização. Esses Regulamentos inseriam-se num contexto completamente diferente daquele que hoje vivemos. As próprias leis habilitantes mudaram; neste espaço de tempo tivemos dois tipos de leis a regular o exercício dos Mercados Abastecedores e das Plataformas Logísticas, com a inclusão do Portugal Logístico.

Por outro lado o preço de 25,00€ por m² foi calculado em face do investimento próprio, uma vez que tivemos de retirar o valor dos fundos comunitários do seu cálculo, tudo de acordo com as regras mais elementares da transparência. Passado este tempo, hoje é possível rever estas situações. Os preços não influenciam tanto o estar ou não ocupado, mas ser mais ou menos atrativo. Basta ver que os Parques Empresariais da vizinha Galiza nenhum disponibiliza terreno a menos de 60 euros o m², apesar de terem outro tipo de incentivos, nomeadamente capitais de risco, que nós não temos.

A principal questão que a Senhora deputada colocou do interesse público relevante e da transparência, quero esclarecê-la que não existe da parte da Autarquia a intenção de adjudicar preferencialmente a esta ou àquela empresa, por uma razão muito simples. O interesse público relevante é decretado pela Câmara Municipal no seu conjunto que, de forma fundamentada pode declarar, ou não, o interesse público relevante do investimento, com enfoque em situações específicas que podem surgir que serão exceções e não regra.

Estaremos atentos às regras e objetivamente as exceções serão analisadas pelo executivo e até pela própria Assembleia Municipal se for necessário.

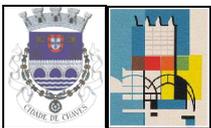
BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.T. GONÇALVES do PS – disse que os pontos mencionados na sua intervenção anterior são critérios abstratos, abrem margem à arbitrariedade, a não ser que os balizemos.

“O conceito de ajuste direto e de interesse público relevante neste artigo seria facilmente balizado dizendo, por exemplo, que este ajuste prévio e que este interesse público relevante seriam confirmados nos mesmos moldes em que são definidos no Código da Contratação Pública. Como assim não é não merecerá a minha aprovação”.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 90 votos a favor, zero votos contra e 6 abstenção (4 do PS e 2 da CDU). Aprovado em forma de minuta para seguinte imediato.

PONTO 9. - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES. PROPOSTA N.º 37/GAPV/2012.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 90 votos a favor, zero votos contra e 6 abstenção (4 do PS e 2 da CDU). Aprovado em forma de minuta para seguinte imediato.



PONTO 10. - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA. PROPOSTA N.º 40/GAPV/2012.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 90 votos a favor, zero votos contra e 6 abstenção (4 do PS e 2 da CDU). Aprovado em forma de minuta para seguinte imediato.

O **Senhor Presidente da Mesa** informou que na Adenda que foi distribuída aos Senhores deputados foram introduzidos mais dois pontos.

- SANCIONAMENTO, POR PARTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O GRUPO DE TRABALHO, NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE LEI SOBRE O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERREITORIAL AUTÁRQUICA -

Na última Sessão deste Órgão Autárquico quer o Partido Socialista, quer a CDU excluíram-se deste processo e peço ao Senhor deputado Nelson Montalvão que venha enunciar os elementos que constituem esta equipa que inclui um elemento do CDS/PP e cinco do Partido Social Democrata.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD - disse que em função da Proposta de Regulamento da constituição e funcionamento dos Grupos de Trabalho decorrentes desta Assembleia Municipal, os cinco representantes do PSD são:

Nuno Miguel Pereira Oliveira – Presidente da Junta de Freguesia da Madalena

Maria Antónia Chaves Esteves – Presidente da Junta de freguesia de Santo Estevão

Márcia Cristina Jesus Teixeira – Eleita da Assembleia Municipal

Manuel Norberto da Costa Santos - Eleita da Assembleia Municipal

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão - Eleita da Assembleia Municipal

João Domingos Gomes Sanches - Eleita da Assembleia Municipal.

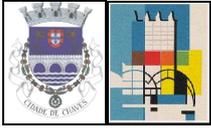
Não sabemos se os Grupos Municipais do PS e da CDU mantêm a sua posição de não fazer parte do Grupo de Trabalho, conforme manifestaram na sessão de 29 de Fevereiro ou se, a bem das populações e das freguesias, não estão recetivos a integrar esse Grupo de Trabalho. O Grupo Municipal do PSD reitera a proposta anteriormente feita e convidamos novamente os Grupos Municipais do PS e da CDU.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – usou da palavra para dizer que o seu Grupo Municipal entende que não há razão para modificar a sua posição e portanto, face à posição da Autarquia, a indisponibilidade da CDU mantêm-se.

DEPUTADA BRIGITE RAQUEL BAZENGA V.T. GONÇALVES do PS – disse haver aqui uma questão de incoerência porque esta Assembleia já votou contra a Reorganização Administrativa do Poder Local.

“A Assembleia Municipal votou no sentido de que o Concelho deve ficar com as 51 freguesias existentes, e também já se manifestou sobre uma Proposta de lei que entretanto passou a Lei e que diz que este Órgão tem um dever de pronúncia sobre Proposta apresentada pela Autarquia que, em seu entender, tem a obrigação de a apresentar. Com esta atitude está a permitir-se que a Câmara sacuda a «água do capote», transferindo a responsabilidade para um Grupo da Assembleia Municipal que até integra Presidentes de Junta de Freguesia. Este Grupo de trabalho nem sequer tinha de existir.

A ata de última Assembleia Municipal foi aprovada e tem validade a partir de hoje. Nessa Assembleia aprovou-se um regulamento de constituição de Grupos e o 1.º Grupo já foi anulado. Isto porque o Grupo foi apresentado aqui como facto consumado, sem sequer terem sido formalmente consultados os outros Grupos Municipais, que está lá escrito e mantêm a posição de não querer integrar; mas essa declaração teve validade hoje. Este Grupo não foi constituído agora”.



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 02/2012

O **Senhor Presidente da Mesa** esclareceu que o que foi reiterado pelo Senhor deputado Nelson Montalvão do PSD foi saber se o PS e a CDU mantinham a posição anteriormente tomada. A formação do Grupo visou a agilização do processo, tendo em conta os prazos a cumprir legalmente.

Posta à votação a Proposta não foi votada por falta de quórum, depois de feita novamente a chamada dos Senhores deputados.

- SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTOS NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES (CPCJ) –

Foi indicada como efetiva a Senhora deputada Maria Antónia C. Chaves Esteves e como suplente o Senhor António José dos santos para substituir o anterior titular nomeado Luís Dias de Carvalho.

Esgotados os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor **Presidente da Mesa** deu como encerrados os trabalhos da sessão de que para constar, foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

O 1º. Secretário, _____

O 2º. Secretário _____

A Funcionária _____